



# VIII

# CONGRESSO INTERNO

## RELATÓRIO FINAL

# A FIOCRUZ E O FUTURO DO SUS E DA DEMOCRACIA

---

## JUNHO 2018

---



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz

## **APRESENTAÇÃO**

O VIII Congresso Interno da Fiocruz trouxe como tema A Fiocruz e o Futuro do SUS e da Democracia, expressando a preocupação e o compromisso desta instituição com um projeto de país onde o propósito principal é o bem-estar de todos os cidadãos.

Nesta perspectiva, as discussões do VIII Congresso reforçaram o papel da ciência, tecnologia e inovação como pilar do desenvolvimento econômico, social e humano, devendo estar articulada com as necessidades de saúde da população. Um país sem conhecimento científico e tecnológico e sem capacidade para gerar inovações jamais terá soberania para estabelecer políticas públicas capazes de assegurar o acesso universal, integral e equânime em saúde. Tal projeto de país é indissociável da defesa da democracia. E lutar pela democracia é lutar por uma sociedade plural, que aceita diferenças e busca a inclusão social, na qual as pessoas podem se manifestar sem medo, tenham noção das regras de convívio social e de sua validade para todos e todas e onde as instituições prezam pela Constituição.

As 11 teses aprovadas no VIII Congresso Interno expressam estes anseios e indicam caminhos para que a instituição dê a sua contribuição ao país e à sociedade brasileira. A partir das diretrizes aprovadas a instituição organizará seu planejamento de quatro anos e estabelecerá suas metas capazes de fazer valer as teses aprovadas.

Para além do seu conteúdo propositivo, o VIII Congresso Interno apresentou algumas novidades importantes. Apostou-se na ampliação dos debates e das representações. No período pré-congresso, as teses foram submetidas à consulta pública, possibilitando a qualquer pessoa contribuir com as discussões. E também pela primeira vez houve representação dos estudantes e da sociedade civil organizada durante os trabalhos de grupo e a plenária. Sem dúvida, esse processo abriu a instituição a outros olhares e contribuiu para o enriquecimento das diretrizes formuladas.

A Fiocruz sai mais forte e unida após o Congresso e com a noção clara dos rumos a seguir nos próximos anos. É agora dever de todos trabalhar permanentemente para transformar as diretrizes aprovadas em realidade.

**Nísia Trindade Lima**

**Presidente**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
1 - INTRODUÇÃO .....	4
2 - DINÂMICA E METODOLOGIA DO VIII CONGRESSO INTERNO .....	6
3 - CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL .....	8
4 - CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	13
5 - QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A INSTITUIÇÃO.....	17
6 - TESES APROVADAS .....	20
6.1 - TESE 1 - A Fiocruz – instituição pública e estratégica de Estado vinculada ao Ministério da Saúde – interage com governos, suas políticas e a sociedade, respeitando de forma rigorosa os compromissos que assume em sua missão, devendo ter viabilizadas pelo Estado – para garantir o cumprimento desse seu papel social – as condições necessárias para uma atuação autônoma, estável e sustentável. ....	20
6.2 - TESE 2 - O Sistema Único de Saúde enfrenta o maior desmonte desde sua criação em 1988 e a Fiocruz, como instituição integrante do SUS, cumpre papel político central em sua defesa, necessitando, para tanto, fortalecer sua capacidade de ação para enfrentar as políticas regressivas instauradas ao longo da crise econômica, política e institucional vivida pelo país. ....	25
6.3 – TESE 3 - A Fiocruz – na geração de conhecimentos, em suas diversas áreas de atuação – deve ser orientada para o cumprimento da sua missão e o diálogo com a sociedade, e organizada de forma a produzir novas abordagens, alternativas e inovações que favoreçam a consolidação do SUS. ....	29
6.4 – TESE 4 - A Fiocruz é uma instituição nacional com capacidade de articular prospecção estratégica e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, estratégias e ações no campo da saúde dirigidas para o enfrentamento dos desafios sanitários do presente e do futuro, nos âmbitos científico, tecnológico e político. ....	35
6.5 - TESE 5 - A Fiocruz tem capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação para a sustentabilidade e a efetividade do SUS e para a consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, devendo reorientar seu modelo de fomento e indução, articular suas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção e educação, e promover projetos institucionais referenciados nas necessidades presentes e futuras do SUS, bem como aprimorar sua capacidade de articulação externa de modo a garantir a sustentabilidade política, social, tecnológica e econômica de suas atividades. ....	39
6.6 – TESE 6 - A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é a mais abrangente referência internacional do período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideário. Constitui-se, portanto, importante marco de referência para a Fiocruz construir sua nova agenda e perspectivas de médio e longo prazos. ....	45
6.7 - TESE 7 - A Fiocruz é uma instituição pública estratégica voltada para o fortalecimento da vigilância em saúde, em seus diversos componentes (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador), em consonância com os sistemas nacionais de vigilância, contribuindo para a articulação de suas ações nos vários campos da saúde e atendendo às demandas e necessidades do SUS. ....	49
6.8 – TESE 8 - A Fiocruz conquistou integridade institucional ao longo de sua história pública e é patrimônio da sociedade brasileira, devendo aprimorar sua política de governança, reestruturar seu sistema de controle interno e de gestão de risco, instituir um modelo de gerenciamento por meio de plataformas colaborativas, reforçar a integração, com segurança e efetividade, e fazer frente ao desmonte do serviço público, em permanente diálogo com a sociedade. ....	54
6.9 – TESE 9 - A Fiocruz – reconhecendo a Amazônia como componente essencial do projeto de integração nacional e alvo do interesse internacional – tem papel estratégico na geração de conhecimento e inovação em saúde, em parceria com instituições da região, para a salvaguarda da soberania brasileira no território da Amazônia Legal. ....	57
6.10 – TESE 10 - A Fiocruz se faz presente e está comprometida com um mundo mais solidário e igualitário, por meio da cooperação técnica internacional, baseada nos conceitos de diplomacia da saúde e ciência e tecnologia em saúde no contexto da saúde global. ....	61
6.11 - TESE 11 - A Fiocruz se posiciona na luta por uma sociedade mais justa e equânime, comprometida com a diversidade do povo brasileiro e suas demandas, seja nas políticas voltadas para seus trabalhadores, independente de seus vínculos, seja nas ações para usuários em suas escolas, institutos e serviços de saúde, seja nos estudos e pesquisas desenvolvidos, buscando reconhecer e enfrentar todas as formas de discriminação, exclusão e violência. ....	63

## 1 - INTRODUÇÃO

O Congresso Interno da Fiocruz, instância máxima de deliberação da instituição, é um componente central de sua democracia participativa, que possui três atribuições principais, segundo estabelecido pelo seu Estatuto: I - deliberar sobre assuntos estratégicos referentes ao macroprojeto institucional; II - deliberar sobre Regimento Interno e propostas de alteração do Estatuto; III - apreciar matérias que sejam de importância estratégica para os rumos da instituição.

O VIII Congresso Interno ocorre em um momento singular da história do país. Após anos de fortalecimento da democracia e das instituições democráticas, o país viveu a interrupção de um mandato presidencial eleito pela maioria e, em seguida, a radicalização de um programa de governo focado no ajuste fiscal, com o congelamento, por 20 anos, dos gastos primários.

Até o momento, os resultados do ajuste são redução de renda das populações mais vulneráveis e enfraquecimento da atividade econômica, com desemprego, queda de arrecadação e ampliação do desequilíbrio fiscal, mantendo-se intocadas questões centrais como o superávit primário para pagamento da dívida e as desonerações fiscais para grandes empresas. A este quadro adicionou-se um movimento de retirada de direitos, expresso na reforma da Lei Trabalhista (CLT), na Lei da Terceirização e na proposta de Reforma da Previdência e de redução de ações e programas governamentais voltados para a proteção social, estando a saúde entre as áreas mais impactadas. Some-se a isso também a drástica redução de investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país, como educação e ciência, tecnologia e inovação e a fragilização das instituições públicas. Estas se encontram ameaçadas, sendo a atual condição das universidades públicas uma das expressões mais dramáticas desta situação.

Esse contexto está associado a uma conjuntura mundial de crise nas dimensões econômica, política, social e ambiental, caracterizada pela concentração de renda, pela 'financeirização' da economia, pela intolerância e por impactos de políticas ambientais equivocadas, comprometendo as gerações futuras.

Em síntese, o Brasil encontra-se diante de uma profunda crise política, econômica e institucional, cujo curso indica perda da soberania, ampliação das desigualdades, empobrecimento e eliminação da possibilidade de construção de um sistema de bem-estar social. É fundamental e urgente, portanto, a defesa de um outro projeto de desenvolvimento.

Diante desse contexto, amplia-se a responsabilidade de instituições como a Fiocruz, instituição estratégica de Estado que atua nos campos da saúde, ambiente e da ciência e

tecnologia. As respostas dadas em situações críticas recentes, como foram os casos da emergência sanitária da epidemia de Zika e microcefalia, do surto de febre amarela, da situação da dengue e Chikungunya e a participação em políticas governamentais, como as parcerias para o desenvolvimento produtivo, o Programa Farmácia Popular, a Rede Cegonha e a política de acesso aberto são exemplos da relevância da instituição na resposta aos problemas sanitários e na implantação de estratégias para o desenvolvimento.

É com base nessa análise e na compreensão de que o país se encontra diante de um divisor de águas que marcará pelos próximos anos a sociedade brasileira, que se propõe ao VIII Congresso Interno uma reflexão sobre os rumos do país e o papel da Fiocruz. Em particular, considerando a Fiocruz como um patrimônio da sociedade brasileira e cada vez mais relevante para o país, em especial neste momento, acredita-se que a comunidade deva refletir sobre as estratégias necessárias para preservar a instituição diante de uma conjuntura desfavorável, na qual medidas de redução da atuação do Estado e constrição de recursos para a ciência, a tecnologia e a inovação e para a área social geram retrocessos para as ações institucionais e, conseqüentemente, comprometem o futuro do país.

Por isso, é necessário que neste Congresso a Fiocruz esteja ainda mais unida em busca de criar as condições para ampliar a capacidade de resposta frente às necessidades da sociedade e em defesa do SUS, o que requer atualizar a política institucional. Para tanto, não basta apenas olhar para a conjuntura atual, sendo necessário que se tenha em mente os principais cenários futuros que devem orientar os caminhos a serem percorridos.

Nessa perspectiva, foram promovidas mudanças metodológicas que serão detalhadas adiante, cabendo ressaltar aqui somente que, diferentemente de congressos anteriores, optou-se por um modelo de discussão organizado em torno de grandes questões institucionais e de teses gerais para o avanço da Fiocruz face ao seu projeto de desenvolvimento de país. Isto não implica em abandonar o modelo baseado nos eixos estratégicos, uma vez que estes deverão ser atualizados no período pós- congressual, à luz das teses que serão defendidas e aprovadas.

O presente modelo tem por objetivo reforçar o caráter político, orientador da estratégia organizacional, do Congresso Interno, deixando os aspectos técnicos de detalhamento de objetivos estratégicos e demais desdobramentos para o período posterior. Após o Congresso será então realizado o desdobramento das diretrizes institucionais em ações e metas operacionalizáveis, contando-se com o apoio técnico das instâncias de gestão e com a participação de todas as unidades através, do Coletivo de Gestores, do Conselho

Deliberativo, das Câmaras Técnicas e outros espaços.

Com isso, o Congresso foi centrado, portanto, nas grandes diretrizes institucionais que respondem às questões identificadas nos contextos externo e interno.

Além disso, dá-se também maior liberdade às unidades e aos diversos grupos de pensarem sobre as contribuições de suas áreas específicas à luz das grandes questões institucionais que são definidoras do futuro da Fiocruz. Assume-se, assim, um processo mais participativo e colaborativo na construção do documento de referência.

Este é um momento de união e de mobilização para que seja possível enfrentar o grave quadro que coloca em risco o futuro do país. O Conselho Deliberativo da Fiocruz convoca toda a comunidade para um amplo debate sobre nosso papel neste processo.

## **2 - DINÂMICA E METODOLOGIA DO VIII CONGRESSO INTERNO**

Desde o início de 2017 o Conselho Deliberativo da Fiocruz se debruçou sobre o desenho do VIII Congresso Interno. Em abril daquele ano, foi debatido e aprovado o documento de diretrizes para a realização do Congresso e também foi definida a sua Comissão Organizadora. Em julho, foram aprovados o tema, a estrutura e o cronograma. No dia 6 de setembro foi lançada a Carta de Convocação do VIII Congresso Interno, com o tema: *A Fiocruz e o futuro do SUS e da democracia*.

Nessa perspectiva, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou as seguintes diretrizes no que diz respeito ao conteúdo do VIII Congresso Interno:

- Reforçar o seu caráter político e propositivo, com um olhar voltado para os principais desafios colocados pela conjuntura, que aponta sérias ameaças às políticas de proteção social e ao futuro da ciência, tecnologia e inovação e, conseqüentemente, à soberania do país.
- Reforçar o caráter transversal e integrador dos temas e não segmentações programáticas ou setoriais, as quais favorecem discussões isoladas. Neste sentido, as reflexões setoriais devem decorrer da análise de questões gerais que norteiam as estratégias da Fiocruz.
- Adotar o modelo de apresentação de teses a partir das principais questões identificadas como críticas para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro. Por isso, o documento objeto de deliberação deve estar organizado na forma de teses, sendo todos os demais elementos necessários ou úteis

à discussão organizados em documentos separados, como termos de referência, textos para discussão ou outros.

A arquitetura do VIII Congresso Interno, expressa em sua agenda, dinâmica e documento de referência, foi concebida visando aprimorar o rito congressual, que passa pela ampliação da inclusão e da transparência, pelo fortalecimento do debate técnico-político e culmina com a geração de um documento-guia objetivo e preciso quanto à orientação para o desenvolvimento institucional. Tais abordagens são detalhadas a seguir:

- Ampliaram-se a representação, a participação e a pluralidade na construção do documento de referência. Além do debate nas unidades, o período pré-congressual trouxe uma novidade, que é a colocação das teses em discussão nas câmaras técnicas e também em consulta interna, aberta a qualquer sujeito, individual ou coletivo, que quisesse contribuir para o debate. O propósito desta inovação foi promover o debate de maneira mais ampla possível, garantindo a oportunidade de todos participarem.
- Pela primeira vez, durante o processo e a plenária do congresso, além da participação dos servidores e dos trabalhadores terceirizados como observadores, houve representação dos estudantes e da sociedade civil organizada.

O documento de referência está organizado no modelo de teses, de onde se originam as diretrizes institucionais para os próximos anos. Desta maneira, viabiliza-se o propósito de garantir o caráter político e estratégico do congresso, deixando para o período pós-congressual a atualização dos mapas estratégicos; a definição de agenda de execução; a avaliação e prestação de contas; a definição de metas e indicadores dos mapas; a análise de portfólio e a definição de gastos estratégicos; o alinhamento de projetos e metas; e a execução e monitoramento dos projetos.

Após período de apreciação e contribuições ao documento proposto pela Comissão Organizadora, que se estendeu de 3 a 30 de novembro de 2017, e aprovação do Conselho Deliberativo da Fiocruz, em 20 de novembro, a Comissão Organizadora apresentou a versão final do documento, que foi apreciado em plenária, nos dias 11, 12, 13 e 14 de dezembro.

Foram 50 documentos apresentados como contribuição, o que tornou o trabalho bastante complexo. A Comissão buscou ser inclusiva, contemplando o máximo possível as contribuições enviadas pelas unidades, pelas câmaras técnicas e pelo ambiente virtual criado com esse propósito.

O documento final, aprovado por unanimidade pelo Conselho Deliberativo em 20 de novembro, apresentou 11 teses que foram debatidas intensamente nas unidades e, posteriormente, pelos grupos de trabalho e pela plenária em dezembro de 2017.

### **3 - CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL**

A última década foi marcada por uma conjuntura mundial de profundas crises de ordem política, econômica, social e ambiental, além do avanço de projetos neoliberais. Esta situação tem levado as sociedades a sacrifícios, como desemprego e perda de direitos sociais, em troca do enriquecimento cada vez maior das elites econômicas. Fatos políticos recentes como a eleição presidencial nos EUA, o reposicionamento geopolítico da Rússia, a política de ampliação de poderio econômico da China na Europa, África e América do Sul e a ampliação do nacionalismo europeu, podendo gerar fraturas na União Europeia, têm demonstrado o crescimento da intolerância social e dificultado o avanço de políticas de bem-estar social. Há ainda questões relacionadas às grandes migrações por motivos de conflitos armados, crises ambientais e econômicos, ou mudanças políticas (ex: Alemanha, UK Brexit, EUA vs México), expansionismo (China, Coreia do Norte) e crise no Oriente Médio). Outro fator criticamente importante foi o deslocamento do uso de mão de obra de fabricação dos países "produtores" para países com mão de obra barata, como Índia, China, Malásia, Filipinas etc., provocando importantes migrações de capital, tecnologia e importância geopolítica.

Em particular, os países emergentes e subdesenvolvidos têm sofrido com os efeitos dessas crises oriundas dos países ditos centrais. Os países não-desenvolvidos acabam enfrentando uma difícil trajetória de crise econômica devido a questões como o seu endividamento, os elevados custos de empréstimo e os baixos preços de alguns *commodities*, a guerra comercial entre EUA e China, a elevação dos juros americanos e a valorização do petróleo, o que torna suas economias, em geral, mais vulneráveis aos aumentos de juros, à apreciação do dólar e ao aumento da aversão ao risco. Com isso, aumenta o abismo do desenvolvimento e das oportunidades entre os países centrais e os periféricos.

Outro aspecto do contexto internacional diz respeito ao controle global sobre a informação em geral, à informação científica e tecnológica e à cultura por pouquíssimas corporações, que já conformam quase um governo planetário (IBM, Microsoft, Google, Facebook por exemplo). Neste cenário, as editoras científicas comerciais se tornaram uma das indústrias mais lucrativas a nível mundial, com receitas globais de mais de £19 bilhões. Há uma concentração exponencial do capital, com prevalência do capital financeiro, conglomerando-



se e fundindo-se com os mesmos grupos que se apoderaram da informação global. A capacidade de processamento de dados, da inovação e do desenvolvimento científico se encontra cada vez mais concentrada em poucos países. Como consequência destes fatores, já é evidente a perspectiva de enfraquecimento do papel dos estados nacionais, principalmente nos países periféricos, frente às grandes corporações e seus interesses.

Apesar desse cenário, há movimentos internacionais por padrões sustentáveis de desenvolvimento. Desde 2016, cerca de 200 países da Organização das Nações Unidas (ONU) são estimulados a seguir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Até 2030, a ONU pretende, a partir das três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental) estimular principalmente ações para erradicar a pobreza extrema. A agenda 2030 representa o consenso de 193 países e mostra evolução rumo aos ODSs, principalmente quanto à valorização da inclusão social. Os 17 ODS refletem temas centrais como a qualidade de vida das pessoas e o futuro do nosso planeta. Respeitando seu caráter universal, caberá aos países ajustarem essas diretrizes e seus mecanismos de implementação aos respectivos contextos nacionais. Cabe destacar o importante papel que cumprem na Agenda 2030 questões muito afeitas a áreas de atuação da Fiocruz, como a educação em ciências, a educação ambiental, a informação e comunicação e o patrimônio cultural como dimensão do desenvolvimento sustentável.

O Brasil, em 2017, encontra-se imerso em profunda crise sócio-política e econômica, sem perspectiva imediata de recuperação. O crescimento do PIB para 2018, conforme o boletim *Focus*, projeta-se o valor de cerca de 2%, com igual tendência de redução. O consumo tende a cair em função do elevado desemprego, hoje em torno de 13% e com pico em 2018, do endividamento das famílias, da reforma fiscal, que limita os gastos do governo, e das dívidas das empresas. Além disso, o Brasil está inserido numa turbulência política em função de denúncias contra o Legislativo e o Executivo, ampliando o descrédito na política. Analistas afirmam que se trata de uma recessão profunda com perspectiva de duração longa, similar à dos anos 1980.

Após um breve período de avanço das políticas sociais e de redução das desigualdades, observa-se o retorno de um projeto pautado exclusivamente pelos interesses do mercado e que tem, de maneira rápida e intensa, suprimido direitos há muito conquistados pelos trabalhadores. As mudanças promovidas na legislação trabalhista e as propostas para a previdência, além da retração de investimentos em políticas sociais, geram um quadro extremamente desfavorável aos trabalhadores e aos mais pobres.

As poucas iniciativas que reforçam o caráter público da comunicação, como o Marco Civil da Internet, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), estão sendo esvaziadas.

O setor de Ciência, Tecnologia e Inovação tem vivido uma de suas piores crises. Em 2017 o governo anunciou uma redução orçamentária da ordem de 44% no orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Com isso, o valor destinado à área é o menor em 12 anos. Para 2018 estão previstos novos cortes, que geram risco de colapso imediato e irreversível do sistema. A pesquisa em saúde no Brasil é considerada como uma das mais relevantes entre os setores de transformação. A agenda de pesquisa em saúde vem ganhando complexidade em função de fatores como novos padrões de morbidade, aumento de demandas ao sistema de saúde e da exigência de desenvolvimento sustentável. Os cortes realizados já estão interrompendo pesquisas, acelerando saída de pesquisadores do país, fechando laboratórios e interrompendo carreiras científicas de jovens, e, por conseguinte, levando o país a um rumo equivocado, obstruindo uma importante porta de saída para a crise.

Os movimentos do governo brasileiro no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação contrastam com a posição de outros governos de países com grande ímpeto desenvolvimentista, como China, EUA, Israel e Coreia do Sul, além da própria União Europeia. Em épocas de crise, estes países aumentam o investimento em pesquisa e desenvolvimento, bem como buscam alternativas de gestão e avaliação que conformam um novo ecossistema na ciência e tecnologia que contribua para o desenvolvimento científico e sustentável das nações. Essa perspectiva está fortemente expressa no movimento da Ciência Aberta, que pressupõe a abertura de todo o ciclo de produção do conhecimento, especialmente a abertura de dados científicos gerados por pesquisa com financiamento público, e que vem pautando as principais políticas de agências de financiamento a nível mundial, como National Institutes of Health, Fundação Bill e Melinda Gates, Wellcome Trust e Horizon 2020. A União Europeia chegou a um acordo pelo qual pretende destinar 3% do PIB a pesquisa e desenvolvimento (P&D) até 2020. Nos EUA, até o ano passado, se aplicava em torno de 2,7% do PIB em P&D. A China está com crescimento desacelerado, mas ao mesmo tempo está investindo mais em pesquisa, com um incremento de 26% anunciado pelo primeiro-ministro para 2017.

No campo da saúde, a retração dos investimentos em CT&I no Brasil podem representar um golpe mortal para o futuro do país. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(IPEA) indicam que há uma tendência mundial de ampliação dos investimentos e aplicações nos campos da nanotecnologia e da biotecnologia até 2035. O prognóstico é que avanços científico-tecnológicos biotecnológicos caminhem no sentido da medicina personalizada e drogas customizadas que atuam especificamente em órgãos ou tumores por meio de reconhecimento molecular, o que poderá permitir aprimoramento da medicina preventiva e o delineamento de terapias customizadas. Também há significativo avanço nos campos da nanotecnologia e da automação (robótica; tecnologias de informação e comunicação em geral), com a ampliação do desenvolvimento de dispositivos computacionais para monitoramento humano, liberação controlada de fármacos e próteses robóticas capazes de imitar as funções biológicas.

O momento político é de polarização e disputa e não há como avançar sem enfrentamento, no sentido de se buscar reverter as perdas de direitos sociais que se acumulam. Está em curso um projeto de desmonte e privatização das instituições públicas, com amplo apoio dos meios de comunicação, colocando em risco a ideia de construção de uma nação soberana.

A crise da saúde vem ganhando contornos inimagináveis. O SUS, nos quase 30 anos de implementação, proporcionou muitos avanços na redução das desigualdades de acesso, com fortes impactos nos indicadores de saúde no país. Programas promovidos pelas políticas de Formação e Educação Continuada para os trabalhadores do SUS, o Mais Médicos, as parcerias de desenvolvimento produtivo, universidade aberta do SUS, entre vários outros exemplos, atestam que é possível avançar, ainda que não tenhamos tido, durante todo esse período, financiamento adequado e sustentável. O SUS apresenta desde o início problemas crônicos, como o subfinanciamento, a sublocação e falta de capacitação da força de trabalho, a predatória relação público/privado tanto para a gestão pública como para a implementação do caráter universalista da saúde, o modelo de atenção centrado na doença e no hospital, entre outros. Mais recentemente, vem se intensificando no setor assistencial a formação de fortes grupos econômicos voltados à exploração financeira da saúde. A aprovação da Emenda Constitucional 95, que limita a ampliação de gastos públicos nos próximos 20 anos, representa um golpe mortal nas políticas de proteção social e, em especial, nas políticas de saúde.

Está em crise a noção conquistada com a constituinte de 1988 de saúde como um direito universal. É claro o processo de mercantilização da saúde, com permissão dada à entrada de capital estrangeiro a qualquer ação ou serviço de saúde e com a proposição de comercialização de planos de saúde populares, com cobertura menor de serviços. Esta

situação se fez patente com a alteração da Lei 6.360/76 pela Lei 13.097/2015, que permitiu que laboratórios privados possam executar atividades anteriormente típicas de Estado.

A Política de Atenção Básica passa por importantes inflexões, sem um amplo debate com todos os segmentos responsáveis pela condução do sistema de saúde, com fortes resistências do Conselho Nacional de Saúde. A saúde mental, a saúde das populações do campo e floresta e águas e a atenção à saúde em favelas são algumas das áreas que podem sofrer retrocessos importantes na situação atual, sem contar com programas já descontinuados, como é exemplo o Farmácia Popular do Brasil.

Cabe ressaltar que esta situação de desmonte do sistema de saúde universal se dá em um ambiente de complexidade do quadro demográfico e epidemiológico brasileiro, onde se observa a sobreposição de padrões. Convivem, lado a lado, doenças transmissíveis há muito existentes; doenças emergentes e re-mergentes, com os acidentes de trânsito, homicídios, neoplasias, doenças do aparelho circulatório, diabetes e suas complicações; além de doenças neurodegenerativas e obesidade. A tríplice epidemia de arbovírus e a situação da dengue no país são alguns dos exemplos que revelam as dificuldades de o sistema de saúde dar respostas aos problemas vividos pela população brasileira. Além disso, a tendência de inversão da pirâmide etária indica no médio prazo um impacto significativo no modelo de atenção à saúde e no financiamento do sistema. Também a questão urbana é central para a saúde, em função das rápidas e desordenadas urbanizações, que geram aglomeração e falta de estrutura básica como saneamento e, conseqüentemente, condições favorecedoras do desenvolvimento de problemas de saúde pública, como a dengue e a violência.

Observa-se ainda a reversão de políticas importantes em áreas de atuação centrais da Fiocruz, entre as quais a produção de insumos para a saúde e as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

O Complexo Econômico e Industrial da Saúde, além de seu papel na garantia de acesso a insumos para a população e sustentabilidade do SUS, tem relevância na agenda de desenvolvimento nacional. No Brasil, ao longo dos últimos anos, muito se tem feito pela pesquisa e o desenvolvimento nacionais, com ações como o uso do poder de compra do Estado, as PDPs, os Profarmas do BNDES, a ENCTI 2016-2019 e o novo marco legal de Ciência e Tecnologia (Lei 13.243/16). Retrocessos neste campo, portanto, colocam em risco não apenas a capacidade de o Estado garantir o acesso da população, mas também representam a impossibilidade de o Brasil se desenvolver tecnologicamente e fazer frente aos conglomerados internacionais, perpetuando assim a relação de dependência.

Na esfera do governo federal observamos retrocessos em políticas no campo ambiental e econômico. São muitos os exemplos de recuo na defesa da soberania nacional: na exploração das riquezas minerais e petróleo, na exploração sustentável em biomas como da Amazônia, na proteção da saúde dos trabalhadores, bem como, na restrição no uso de agrotóxicos pelo agronegócio, na proteção aos povos indígenas, além da participação do setor público na área de água e saneamento, com forte ameaça de privatização. Todos estes recuos produzem fortes impactos sobre a economia nacional e na qualidade de vida das populações.

Para reverter toda esta situação, o Estado precisa ser recolocado no centro da discussão do desenvolvimento nacional. É imprescindível ao Estado brasileiro realizar indução de políticas públicas para atender à complexidade do desenvolvimento nacional, considerando os seguintes eixos: 1) inserção internacional soberana; 2) macroeconomia visando o pleno emprego; 3) infraestrutura econômica, social e urbana; 4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; 5) sustentabilidade ambiental; 6) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; 7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia.

#### **4 - CONTEXTO INSTITUCIONAL**

A Fiocruz viveu, na última década, significativo crescimento e fortalecimento como instituição de Estado e estratégica para a saúde. Tal condição pode ser facilmente atestada pelos relatórios de gestão que evidenciam a ampliação da produtividade em pesquisa, a ampliação da pós-graduação, a inserção dos institutos tecnológicos em políticas centrais de desenvolvimento nacional, o fortalecimento da área de informação e comunicação, a criação dos institutos nacionais, entre outros. Tal crescimento é observado também nas mudanças de condições orçamentária, de infraestrutura e de pessoal. A Fiocruz ampliou seu quadro de servidores em mais de 3000 pessoas desde 2006.

Tendo em vista as recentes propostas e alterações legislativas no âmbito trabalhista e previdenciário, faz-se necessário ressaltar a importância da função social do trabalho e sua relação com a dignidade da pessoa humana, que é o fim maior que deve ser buscado pelo Estado em quaisquer de suas intervenções. O trabalho assume vital importância para os que dele sobrevivem, constituindo-se, por derradeiro, condição para o gozo de uma cidadania política e social, ao lado de uma existência digna. A FIOCRUZ deve portanto, manifestar-se contrária a qualquer tentativa de precarização das relações de trabalho.

O fortalecimento do caráter nacional da Fiocruz foi um elemento distintivo dos anos recentes,

tanto pela ampliação da presença da Fiocruz em outras regiões, como são os casos do Paraná, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí, quanto do fortalecimento da articulação entre as diferentes unidades, em especial mediante o Fórum das Unidades Regionais.

Entre as resultantes não apenas do seu crescimento, mas do seu fortalecimento, observou-se a ampliação da participação em importantes políticas governamentais, como o Programa Nacional de Imunização, o Programa Nacional de HIV/AIDS, o Programa Farmácia Popular, a Rede Cegonha, a Universidade Aberta do SUS, a estratégia de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), entre outras, e da capacidade de resposta a problemas de saúde pública que tiveram repercussão no período, como foram os casos, por exemplo, da tríplice epidemia de arbovírus (Dengue, Chikungunya e Zika), da febre amarela e do Ebola.

A atuação da Fiocruz no enfrentamento da emergência sanitária representou um importante aprendizado, pois evidenciou o potencial da instituição a partir da ação integrada dos seus diferentes campos de atuação. Foram diversas as respostas, incluindo o estudo epidemiológico que constatou a associação dos casos de microcefalia com a infecção pelo vírus Zika o isolamento e sequenciamento do vírus Zika, evidenciando sua presença ativa em saliva, líquido amniótico e em cérebro de feto microcefálico, o desenvolvimento e disponibilização do kit para diagnóstico simultâneo de Zika, Dengue e Chikungunya, a realização de programas de educação continuada para formação de profissionais de saúde para manejo clínico de Zika e Chikungunya, com aproximadamente 100 mil inscritos, a coordenação de estudo em conjunto com NIH/USA sobre a história natural da microcefalia congênita causada pelo Zika Vírus, o desenvolvimento de tecnologias de controle vetorial, como o projeto Wolbachia e as unidades dispersoras de inseticidas, entre outras iniciativas, além da destacada atuação na atenção à saúde, em especial nos institutos nacionais de infectologia e da saúde da mulher, da criança e do adolescente.

A epidemia de Febre Amarela foi outro exemplo da importância da Fiocruz e da relevância da capacidade de produção pública de insumos para a saúde. Pode-se afirmar que o enfrentamento da epidemia, em âmbito mundial, teria sido muito mais difícil sem a participação da Fiocruz, novamente se destacando o desenvolvimento de estratégias em diversos campos como a vigilância, a produção de insumos, a formação de recursos humanos, a pesquisa e a informação e comunicação em saúde.

Em função de sua destacada atuação, a Fiocruz mantém elevada reputação e

reconhecimento, atestados tanto pela Pesquisa de Reputação feita em 2015, que revela que a Fiocruz está entre as instituições de maior reputação no Brasil, quanto pela Pesquisa de Representação Social da Ciência promovida pela SBPC, que mostra que a Fiocruz é a instituição de pesquisa mais lembrada pelos brasileiros. Também em 2015, a instituição foi condecorada pelo CNPq com o Prêmio José Reis de Divulgação Científica e Tecnológica na categoria “instituição ou veículo de comunicação” levando em conta “a qualidade e relevância da instituição, pela sua história, diversidade de programas e ações em prol da divulgação e popularização da ciência, tecnologia e inovação” segundo a comissão julgadora do prêmio.

Um elemento importante é que como decorrência da ampliação da atuação da Fiocruz em âmbito nacional e internacional, cresceu consideravelmente a rede de relações institucionais ao mesmo tempo em que houve ampliação da sua visibilidade. A presença da Fiocruz em 10 estados brasileiros é importante pela contribuição ao desenvolvimento local e nacional a partir de suas ações no campo científico e tecnológico. Além disso, a rede de relações constituída com amplo espectro de setores da sociedade e do Estado é um elemento central na atual conjuntura externa e deve ser trabalhada como estratégica para a preservação da instituição.

Diversos acordos com governos estaduais, como Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, São Paulo, Piauí, têm marcado a relevância da inserção da Fiocruz no território nacional. Em particular, inovações no modelo de parcerias, como é o caso do acordo trilateral Fiocruz/USP/Instituto Pasteur têm trazido novas oportunidades e afirmado a importância da Fiocruz no desenvolvimento de estratégias científicas e tecnológicas que articulam simultaneamente o global e o local.

O mesmo é válido no campo internacional. Nos últimos anos a Fiocruz intensificou sua atuação no plano internacional, não apenas pelas intensas redes de colaboração científica, mas principalmente, pela sua inserção protagonista em diversas redes de cooperação estruturante, em particular com países da América Latina e da África. Recentemente, destacam-se os acordos firmados na 70ª Assembleia Mundial da Saúde para fortalecimento dos PALOPS, com algumas iniciativas como a criação da Rede de Bancos de Leite dos PALOPS, a retomada do e-português e a proposta de fortalecimento da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (RINSP-CPLP). A realização da 8ª Conferência Luso Brasileira de Acesso Aberto, com o tema ‘Do Acesso Aberto à Ciência Aberta’, revela a importância da instituição na discussão

internacional sobre um dos temas mais debatidos no âmbito acadêmico atualmente e a perspectiva de avanços para definição de diretrizes sobre gestão de dados de pesquisa. Também o projeto *Investigación, Educación y Biotecnología Aplicadas a Salud*, financiado pelo Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) representa a primeira iniciativa em rede no campo da saúde, desenvolvida no âmbito do Mercosul.

No entanto, malgrado expressivo papel desempenhado pela Fiocruz nos cenários nacional e internacional nos últimos anos, a atual crise, tanto pelos seus contornos econômicos quanto políticos, tem imposto uma nova realidade e colocado desafios importantes à instituição. As restrições econômicas aliadas a políticas de governo contrárias em muitos casos às teses defendidas pela Fiocruz colocam em debate o tema do papel de Estado da Fiocruz e a necessidade de garantia de autonomia, estabilidade e sustentabilidade institucional. Os efeitos desta crise já se fazem sentir na instituição, incluindo significativas restrições orçamentárias, redução do quadro de pessoal em função de aposentadorias e retração de investimentos fundamentais para o futuro. Tal quadro torna a questão da sustentabilidade um ponto crítico de discussão.

Diante deste cenário, um objetivo é acumular forças políticas em uma conjuntura desfavorável e assegurar a condição de instituição de Estado, com autonomia e estabilidade. O outro, de natureza interna, deve voltar-se para seus processos e buscar maior eficiência e controle de riscos em suas ações e estratégias, com vistas a garantir sustentabilidade e segurança no desenvolvimento de sua missão.

É necessário contribuir para articular um amplo arco de aliança em defesa dos direitos sociais, do SUS, da Ciência, Tecnologia e Inovação e das instituições públicas. Neste contexto, é fundamental que a Fiocruz lance mão da sua imagem para promover uma intensa mobilização em torno dos valores democráticos e dos direitos sociais.

No plano interno, a Fiocruz possui uma distinção importante e tem reafirmado continuamente o seu papel estratégico de instituição nacional, seja no desenvolvimento e absorção de novas tecnologias, seja na oferta de produtos e serviços em saúde. Atualmente, a Fiocruz é a maior instituição pública na oferta de produtos estratégicos para o SUS, com incorporação de tecnologia e inovação, e uma das cinco maiores do país. É a maior instituição não universitária de formação de recursos humanos especializados em saúde. Possui a maior participação nas parcerias para o desenvolvimento produtivo, sendo a única que possui parceria para co- desenvolvimento, contemplando a transferência de tecnologias estratégicas que constituem inovação em âmbito nacional e que reduzem a vulnerabilidade



do SUS. O seu papel inovador da área de serviços e da organização das ações em saúde também faz parte da estratégia institucional de inovação para transformar o conhecimento em benefícios sociais, envolvendo as unidades que lidam com a promoção, a vigilância, a prevenção, a atenção e a pesquisa em saúde. É das poucas instituições no mundo que possui no seu interior todos os componentes da chamada cadeia de inovação. Coordenar estes vários elementos com foco na ampliação da capacidade de inovação é um dos maiores desafios institucionais. Cabe ressaltar também a expressiva qualificação do seu quadro de pessoal, com mais de 1300 doutores, mais de mil mestres e centenas de profissionais especializados em suas diversas áreas, e que dão à Fiocruz capacidade singular de desenvolver suas atividades com qualidade diferenciada.

Um dos pontos centrais para o desenvolvimento institucional está relacionado à capacidade de superação da fragmentação, muitas vezes com duplicação de atividades, pulverização de recursos e ineficiências. Políticas e estratégias recentes têm sido adotadas com o intuito de mitigar os problemas decorrentes desta fragmentação. Exemplos são o fortalecimento de pactos institucionais em torno de políticas, como é o caso da política de comunicação; a adoção de programas indutores que valorizam o trabalho em rede; a criação de novos espaços de compartilhamento e a adoção de medidas administrativas para ampliar a escala e o escopo, como é o exemplo das compras compartilhadas. No entanto, embora relevantes, tais medidas ainda não conseguiram superar as dificuldades de um modelo de governança fortemente descentralizado e com elevada fragmentação.

## **5 - QUESTÕES ESTRATÉGICAS PARA A INSTITUIÇÃO**

A análise de ambiente realizada indica algumas questões centrais para o desenvolvimento institucional e para a construção da Fiocruz do futuro. A partir destas questões, elencadas abaixo, é que serão desenvolvidas as teses que estarão em apreciação neste Congresso:

1. Como consolidar o papel de Estado da Fiocruz, que transcende governos, na perspectiva de garantia da realização da missão institucional?
2. Como atuar em defesa o direito universal à saúde em um ambiente desfavorável politicamente e com claro avanço de medidas regressivas no âmbito do Estado brasileiro?
3. Como atuar nos processos de geração e apropriação de conhecimentos desenvolvidos na Fiocruz em suas várias áreas de atuação, visando consolidar e ampliar o potencial institucional para compreender criticamente e resolver problemas

nacionais em saúde e fortalecer a ciência no país?

4. Como fortalecer e articular a capacidade de formulação estratégica da Fiocruz para nortear as estratégias e ações institucionais e subsidiar as políticas públicas, frente ao contexto de profundas mudanças nas condições de saúde e da 4ª Revolução Industrial, de elevado viés tecnológico, que representam desafios estruturais para viabilizar os princípios do SUS?
5. Como ampliar a capacidade da Fiocruz de transformar os conhecimentos e tecnologias gerados na instituição e na sua rede de colaboradores, incluindo o setor produtivo, em atividades produtivas e em novos produtos, bens e serviços que cheguem à população, consolidando-se como instituição inovadora referida nas necessidades do SUS, ampliando acesso, em especial diante de um cenário de mudanças nas políticas, que reduzem o papel dos produtores públicos no país?
6. Como articular estratégia de interação com a Agenda 2030 de forma a potencializar a contribuição da Fiocruz para sua realização e otimizar as oportunidades que oferece para a consolidação de seu papel como Instituição Estratégica de Estado, fortalecimento de redes cooperativas, suporte político e coesão e mobilização institucional.
7. Como potencializar a nossa capacidade de atuação no campo da vigilância em saúde, uma vez que a instituição conta com estrutura e competências singulares neste campo central de desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro?
8. Como promover maior sinergia e efetividade nas ações institucionais, reduzindo-se a fragmentação e promovendo a integração das diversas áreas e ações da Fiocruz e, ao mesmo tempo, ampliar a segurança das ações institucionais, minimizando os riscos à integridade pública e imprimir maior eficiência e economicidade aos processos administrativos, gerando soluções focadas no crescimento e na produtividade da gestão com impactos positivos nos resultados finalísticos?
9. Como consolidar a Fiocruz como agente de Estado catalisador na geração de conhecimento e inovação em saúde a partir da Amazônia, contribuindo, simultaneamente, para resolução de problemas relevantes em saúde pública e para o desenvolvimento sustentável do país?
10. Como reafirmar e aperfeiçoar o papel protagonista da Fiocruz na diplomacia da saúde e da ciência e tecnologia em saúde? Como levar isto a termo por meio da cooperação

e da representação internacional, capazes de garantir a incorporação dos seus resultados de forma solidária, compartilhada, mas soberana? Como se relacionar internacionalmente com outras grandes instituições incorporando inovações tecnológicas de alto nível e relevância para o SUS, apoiando simultaneamente um processo de solidariedade com o desenvolvimento de sistemas de saúde e de CT&I em saúde com o mundo em desenvolvimento?

11. Como fortalecer a Fiocruz enquanto instituição que busca eliminar todas as formas de discriminação, exclusão e violência, tanto em seu espaço organizacional como na sociedade, sendo promotora de justiça social e de equidade de gênero, etnia e acessibilidade?

## **6 - TESES APROVADAS**

**6.1 - TESE 1 - A Fiocruz – instituição pública e estratégica de Estado vinculada ao Ministério da Saúde – interage com governos, suas políticas e a sociedade, respeitando de forma rigorosa os compromissos que assume em sua missão, devendo ter viabilizadas pelo Estado – para garantir o cumprimento desse seu papel social – as condições necessárias para uma atuação autônoma, estável e sustentável.**

**6.1.1 - QUESTÃO** - Como consolidar o papel de Estado da Fiocruz, que transcende governos, na perspectiva de garantia da realização da missão institucional?

### **6.1.2 - FUNDAMENTAÇÃO**

A Fiocruz é uma instituição pública estratégica de Estado e um patrimônio da sociedade brasileira. Possui um papel importante não apenas nos campos da saúde e da ciência e tecnologia, mas também representa um elemento relevante na institucionalidade democrática brasileira. Seu modelo de gestão democrática e participativa, em 2003 ganhou maior estabilidade, em função da publicação do decreto que aprovou seu estatuto considerando todas as regras e mecanismos do seu modelo de governança.

A Fiocruz tem reafirmado continuamente o seu papel estratégico de instituição nacional, seja no desenvolvimento e absorção de novas tecnologias, seja na oferta de produtos e serviços em saúde. Atualmente, a Fiocruz é a maior instituição pública na oferta de produtos estratégicos para o SUS, com incorporação de tecnologia e inovação, e uma das cinco maiores do país. É a maior instituição não universitária de formação de recursos humanos especializados em saúde. Possui a maior participação nas parcerias para o desenvolvimento produtivo, sendo a única que possui parceria para co-desenvolvimento, contemplando a transferência de tecnologias estratégicas que constituem inovação em âmbito nacional e que reduzem a vulnerabilidade do SUS. O seu papel inovador da área de serviços e da organização das ações em saúde também faz parte da estratégia institucional de inovação para transformar o conhecimento em benefícios sociais, envolvendo as unidades e os centros que lidam com a promoção, a vigilância, a prevenção, a atenção e a pesquisa em saúde. É das poucas instituições no mundo que possui no seu interior todos os componentes da chamada cadeia de inovação.

O modelo de gestão democrática participativo deu à Fiocruz estabilidade maior que grande parte das instituições públicas brasileiras, permitindo a eleição de seus dirigentes, instituindo mecanismos democráticos de caráter deliberativo e/ou consultivo, como o Congresso Interno e os Conselhos Deliberativo e o Conselho Superior. No entanto, como a conjuntura atual demonstra, a estrutura centralizada e modelada por rígido controle burocrático da administração pública brasileira, associada à sua captura pelos interesses do capital e do patrimonialismo político, tem o potencial de promover verdadeiros desmontes nas instituições públicas e dos projetos a elas associados.

A prática de restrição orçamentária e a supressão de investimentos pode ser utilizada para asfixiar a instituição, o mesmo valendo para o caso de alocação de pessoal via concursos e alocação de cargos comissionados para a gestão, entre outras práticas. Uma das questões que a crise atual obriga a abordar é a do financiamento da Fiocruz, ou seja, a da sustentabilidade dos gastos sociais. Ela está na base da EC 95, que asfixia as instituições públicas, em particular as do campo social e de CT&I. Além disso, outra questão fundamental está relacionada com a parcela de recursos do orçamento federal que é subtraída para pagamento dos juros da dívida pública, a qual tem crescido nominal e percentualmente. Para além da questão de serem as áreas de educação, pesquisa e inovação, e mesmo a área da saúde, entendidas como áreas de gastos e não de investimentos sociais, há que tomar consciência que em 2017, mais da metade do orçamento geral do governo, ou seja, mais de um trilhão de reais, será consumido no pagamento de juros da dívida pública federal. Por outro lado, os gastos com o SUS deverão somar pouco mais que 100 bilhões. A perspectiva para 2018 é que aquele percentual aumente e, como consequência, encolha proporcionalmente ainda mais a fatia dos chamados gastos sociais.

Uma instituição de Estado, como a Fiocruz, necessita de autonomia, estabilidade e sustentabilidade. Autonomia não significa soberania e, portanto, não exclui formas de controle por parte do poder público e da sociedade que a sustenta. Instituições existem e são reconhecidas socialmente por preencherem funções sociais específicas e são estas que as legitimam, bem como a forma com que são geridas, com probidade e transparência.

A autonomia em questão aqui é restrita ao exercício de suas atribuições e não tem como referência o próprio benefício da instituição ou de seus trabalhadores, mas uma finalidade outra, que diz respeito à sociedade. Desta forma, a autonomia da instituição deve ser definida como o reconhecimento de sua capacidade de reger-se por suas próprias normas no cumprimento das finalidades sociais às quais se destina. A relação com o Estado deve se

dar via compromissos programáticos, relacionados à missão e garantidos via prestação de contas pelos resultados e controle social. Da mesma forma, para uma instituição com as características da Fiocruz, é necessária estabilidade tanto política quanto orçamentário-financeira e de alocação de pessoal via concurso público. É necessário assegurar uma dotação orçamentária e investimentos compatíveis com a sua dimensão e importância para a saúde da população brasileira, como também para o progresso da ciência. A saída de servidores por aposentadoria nos últimos anos, sem reposição imediata, acarreta severas dificuldades à instituição e desestabiliza sua atuação, principalmente porque nos encontramos diante de uma demanda crescente por parte do Estado e da Sociedade.

A capacitação do seu pessoal também é essencial para o exercício eficiente da autonomia. Além dos esforços já empreendidos neste tema, deve ser adicionada uma expressiva atuação para no fomento e no desenvolvimento de estratégias de qualificação dos servidores da Fiocruz.

### **6.1.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T1) - Buscar condições para o atendimento de peculiaridades em relação a sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como contribuir para o entendimento e aprimoramento dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal, tendo como componente orientador a garantia de maior estabilidade, autonomia político-administrativa e sustentabilidade desta instituição de Estado.

Diretriz 02 (T1) - Retomar a discussão da estrutura e funcionamento da administração pública federal visando a maior agilidade em associação com outras instituições públicas e entidades da sociedade civil, buscando maior articulação, desfragmentação e autonomia, e pautando-se pelo bom uso do recurso público, com transparência e controle.

Diretriz 03 (T1) - Implementar ações e ferramentas de gestão da mudança, na busca por autonomia institucional, orçamentária e financeira, com domínio e planejamento do quadro de pessoal e política de priorização democrática dos investimentos, favorecendo o desempenho da Fiocruz para o SUS e a CT&I em saúde e garantindo sua natureza estatal, o financiamento público e a busca complementar por recursos extraorçamentários.

Diretriz 04 (T1) - Constituir um amplo arco de alianças com os diversos segmentos da sociedade em interface com a Fiocruz; e que defendam um projeto de nação baseado na soberania nacional, na democracia da gestão e dos espaços públicos, na construção de um Estado de bem-estar social e no desenvolvimento com redução das desigualdades sociais,

visando a maior estabilidade, proteção, sustentabilidade, fortalecimento e autonomia da instituição. Tal arco de alianças envolve, além de segmentos do Executivo e do Legislativo, instituições públicas e privadas, sociedade civil organizada, movimentos populares e estudantis, universidades, entidades científicas, associações com fins específicos, instituições internacionais e organismos multilaterais.

Diretriz 05 (T1) - Fortalecer a inserção e o caráter nacional da Fiocruz nas atividades de CT&I e saúde buscando a redução das desigualdades regionais. Para tanto é importante fortalecer o papel e a missão da Fiocruz nos diversos contextos locorregionais, dentro de um plano de integração e de articulação permanentes, que gerem sinergias e potencializem a atuação nacional.

Diretriz 06 (T1) - Buscar estabilidade e sustentabilidade integral das ações regulares da instituição que constam no Plano Plurianual e no Plano Quadrienal, via orçamento global, buscando também contratualização, cooperação e parceria com ministérios e outros órgãos públicos.

Diretriz 07 (T1) - Buscar modelos alternativos de captação de recursos para o bom cumprimento da missão institucional, de modo complementar ao processo de contratualização/orçamentação, subordinando essas iniciativas às estratégias previstas nos planos quadrienais da Fiocruz, aos interesses da saúde pública, do SUS e da soberania nacional, e sempre considerando os recursos públicos como fonte prioritária de funcionamento da Fiocruz.

Diretriz 08 (T1) - Participar da luta pela reorientação da atual política econômica geradora de iniquidades e contribuir para a elaboração de políticas e programas de Saúde que tenham como pressuposto uma política econômica e fiscal progressiva e inclusiva, orientada para a diminuição das desigualdades sociais e para a promoção do desenvolvimento econômico, tornando claro, para a população, o que lhe está sendo subtraído pela elite brasileira e internacional; e divulgar e apoiar a proposta de efetivação de auditoria independente e cidadã da dívida pública, prevista pela Constituição de 1988.

Diretriz 09 (T1) - Buscar um estatuto diferenciado para captação e gestão de pessoal, à luz do que ocorre nas universidades, nas quais se define um quadro de pessoal que preveja a força de trabalho necessária ao cumprimento de sua missão institucional, seja dada autonomia à instituição para realizar concursos públicos de reposição de cargos em decorrência de vacâncias e em substituição a contratos e outros vínculos precários.

Diretriz 10 (T1) - Atuar fortemente na implantação de uma Política de Gestão de Pessoas que contemple dimensões transversais e integrativas do desenvolvimento humano e de carreira, saúde do trabalhador e administração de pessoas, objetivando o fortalecimento e a coesão interna de modo a assegurar o atendimento pleno à missão institucional. A Fiocruz deve estabelecer sistemática transparente para alocação e realocação interna de pessoas, integrada à plataforma de gestão, com fluxo definido e validado pelo conjunto das unidades.

Diretriz 11 (T1) - Fortalecer o diálogo com a sociedade, por meio de múltiplas estratégias de comunicação, em prol da promoção da qualidade de vida, da saúde, dos direitos humanos, civis e sociais, do SUS, da democracia e da defesa da Fiocruz como instituição de Estado.

Diretriz 12 (T1) - Promover e aprofundar a participação social no planejamento e avaliação das ações da Fiocruz para a sustentação política da instituição e a legitimação ampla de seu papel, resguardando e fortalecendo seus valores e princípios como instituição pública de Estado.

Diretriz 13 (T1) - Ampliar o papel da Fiocruz na oferta educacional pública, potencializar e criar sinergia entre os projetos educacionais existentes para o SUS, também investindo na formação permanente de seu próprio quadro de trabalhadores, favorecendo a reflexão crítica e política para a transformação da cultura organizacional e da realidade em que a instituição atua.



**6.2 - TESE 2 - O Sistema Único de Saúde enfrenta o maior desmonte desde sua criação em 1988 e a Fiocruz, como instituição integrante do SUS, cumpre papel político central em sua defesa, necessitando, para tanto, fortalecer sua capacidade de ação para enfrentar as políticas regressivas instauradas ao longo da crise econômica, política e institucional vivida pelo país.**

**6.2.1 – QUESTÃO** - Como atuar em defesa do direito universal à saúde em um ambiente desfavorável politicamente e com claro avanço de medidas regressivas no âmbito do Estado brasileiro?

### **6.2.2 - FUNDAMENTAÇÃO**

É evidente o comprometimento do direito universal à saúde, inscrito na Constituição de 1988, a partir do conjunto de movimentos observados com a crise econômica, política e institucional vivida pelo país. A promulgação da Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos representa um golpe mortal na possibilidade de democratização da saúde no Brasil. Está em xeque a ideia de saúde como direito social, o que coloca a solução para os problemas da vida das pessoas nas mãos do mercado, desresponsabiliza o Estado e direciona recursos para soluções privatizantes, o que penaliza os mais pobres.

A Fiocruz defende que a saúde é um direito inalienável de todos os cidadãos. Conforme previsto no artigo 196 da Constituição de 1988, cabe ao Estado garantir o direito à saúde por meio de políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos, e do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação no âmbito do Sistema Único de Saúde. Além disso, a Fiocruz entende que a saúde deve ocupar papel central em uma nova concepção e estratégia para o desenvolvimento do país. O Sistema Único de Saúde cumpre um caráter anticíclico no atual quadro recessivo da economia brasileira: seja combatendo o desemprego, seja melhorando as condições de saúde da força de trabalho, ou ainda, sedimentando terreno para retomada de um ciclo de desenvolvimento inclusivo e sustentado. Há um importante papel indutor das políticas de saúde sobre o emprego, a produção, a renda e a inovação tecnológica. Sua natureza redistributiva é evidente, bem como suas implicações sobre a produtividade do trabalho, o bem-estar social, o crescimento econômico e a sustentabilidade.

O caráter público, universal e gratuito do SUS tem sido restringido, na prática, por iniciativas tais como: a terceirização das atividades finalísticas, gestão pública através das Organizações Sociais (OS) e assemelhados e os planos de saúde populares, que não resolvem os problemas da atenção integral a saúde, de acesso a diagnóstico e tratamento.

A Fiocruz, assim como em 1988, cumpre papel central para a defesa de uma proposta de sistema universal de saúde. No entanto, a conjuntura adversa para o plano progressista e a própria evolução da sociedade brasileira, que em anos recentes viu ampliarem-se e fortalecerem-se instituições que atuam na defesa dos direitos sociais, exigem um tipo de ação institucional fortemente pautado pela capacidade de articulação interinstitucional com os diversos segmentos da sociedade, incluindo diversos campos ideológicos, e pela ação em rede, conformando uma frente em defesa do SUS capaz de ganhar visibilidade e a adesão da sociedade.

### **6.2.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T2) - Intensificar a realização de estudos e pesquisas que produzam evidências a respeito dos efeitos das medidas de ajuste fiscal sobre a situação de saúde da população, bem como dos impactos positivos gerados por políticas que ampliem o acesso à saúde ou aos direitos sociais, de modo a promover a defesa desses direitos. Para isso, a Fiocruz deve se estruturar como um verdadeiro observatório de políticas públicas e comunicação com a sociedade, integrando projetos voltados para a análise de políticas com a participação de todas as unidades da Fiocruz.

Diretriz 02 (T2) - Desenvolver estudos que promovam uma avaliação qualificada e criteriosa do SUS, que inclua a percepção e experiência do usuário, gestores, profissionais da saúde e outros atores, visando orientar o debate público sobre a qualidade dos seus serviços e as iniciativas de aprimoramento e ampliação do Sistema.

Diretriz 03 (T2) - Ampliar e aprimorar a interlocução coordenada com o Conselho Nacional de Saúde, Conselhos de Saúde municipais e estaduais, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), a Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde e outras organizações de caráter público em busca da defesa do SUS.

Diretriz 04 (T2) - Construir estratégias de relacionamento constante com os diversos segmentos do Poder Legislativo, visando ao fortalecimento de projetos que tenham como objetivo a consolidação do SUS, incluindo o seu financiamento, e instigando a crítica aos projetos em tramitação contrários às políticas de proteção social, com dinâmica célere e transparente que permita a vivência integral deste processo pelo conjunto das unidades da Fiocruz.

Diretriz 05 (T2) - Garantir a atuação da Fiocruz na defesa do SUS, promover o seu caráter

público e universal e aprofundar a crítica à proposta de cobertura universal de saúde e aos planos populares de saúde, em detrimento do acesso universal à saúde.

Diretriz 06 (T2) - Orientar a dinâmica de interação da Fiocruz com a sociedade por meio de estratégias que conjuguem meios próprios comunicação da instituição e uma relação qualificada com a mídia. Essa orientação deve priorizar ações identificadas com a comunicação pública, fomentando um amplo debate sobre a saúde, ciência e tecnologia, ambiente e sustentabilidade, respeitando a diversidade, a pluralidade de visões e fortalecendo o entendimento da comunicação como um direito humano inalienável, em consonância com a Política de Comunicação da Fiocruz.

Diretriz 07 (T2) - Fortalecer os canais de comunicação da Fiocruz com a sociedade de forma a ampliar o alcance de informações sobre a importância do SUS para a sociedade brasileira, no intuito de criar uma consciência crítica sobre a necessidade de um sistema público universal, integral e equânime, com linguagem acessível, incluindo a democracia como um conceito de saúde. Ainda nessa perspectiva, reafirmar a identidade da Fiocruz com o SUS.

Diretriz 08 (T2) - Promover estudos e debates que contribuam para a formulação e implementação de políticas públicas relacionadas à garantia da proteção de dados pessoais, considerando principalmente os impactos e os riscos que envolvem as atividades de coleta, guarda, compartilhamento e comercialização de informações pessoais na área da saúde.

Diretriz 09 (T2) - Ampliar o papel da Fiocruz como Escola de Governo na formação para o SUS, reforçando as pós-graduações lato sensu e stricto sensu, especialização, educação técnica em saúde e o processo de educação permanente para o SUS e valorizando a visão da educação como formação humana e para a cidadania integrada ao contexto de trabalho, por meio do desenvolvimento de parcerias com instituições públicas (escolas estaduais e municipais de saúde pública, escolas técnicas do SUS e institutos federais de educação,) pela consolidação de instituições de ensino para ações locais e pelo reforço institucional da Universidade Aberta do SUS.

Diretriz 10 (T2) - Identificar e apoiar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e ações que gerem soluções inovadoras para resolução de problemas detectados nas áreas de políticas públicas, atenção à saúde, vigilância e gestão de sistemas e serviços de saúde para o SUS comprometidos com o enfrentamento do quadro de saúde das populações mais vulneráveis e com o combate das condições perpetuadoras da desigualdade.

Diretriz 11 (T2) - Fortalecer a capacidade das unidades técnico-científicas da Fiocruz para

atuarem em apoio às organizações de Estado na formulação de políticas públicas, planejamento, desenvolvimento, coordenação e avaliação de ações em suas áreas de especialidade. Tal apoio deve incorporar uma perspectiva crítica, com posicionamento claro e público diante de medidas contrárias aos pilares do SUS. Devem-se fomentar, por meio de políticas institucionais, condutas investigativas que partam da realidade vivenciada pela população. Essa necessária articulação da atenção à saúde com o ensino e a pesquisa, e sobretudo com a gestão, deve reverter-se na possibilidade de incidir na agenda das políticas públicas, notadamente àquelas voltadas para as populações mais vulneráveis.

Diretriz 12 (T2) - Fortalecer ações de atenção e promoção da saúde da Fiocruz, visando ampliar a qualidade técnica, o ensino, a pesquisa, a participação social e o acesso da população. Espera-se ampliar o papel desses serviços a fim de serem promotores de inovação a ser replicada em outras unidades do SUS. Tais ações de cooperação devem-se traduzir, sempre que pertinente e oportuno, em ações de pesquisa, ensino, desenvolvimento/transferência de tecnologia e extensão, com disponibilização de abordagens, metodologias e demais produções delas decorrentes.

Diretriz 13 (T2) - Fortalecer a produção de conhecimento e investir na prospecção na área da atenção à saúde para garantir o papel da Fiocruz na promoção da saúde da população brasileira em todas as etapas do ciclo de vida, com destaque para os primeiros dias de vida fundamentais na construção da cidadania.

**6.3 – TESE 3 - A Fiocruz – na geração de conhecimentos, em suas diversas áreas de atuação – deve ser orientada para o cumprimento da sua missão e o diálogo com a sociedade, e organizada de forma a produzir novas abordagens, alternativas e inovações que favoreçam a consolidação do SUS.**

**6.3.1 – QUESTÃO** - Como atuar nos processos de geração e apropriação de conhecimentos desenvolvidos na Fiocruz em suas várias áreas de atuação, visando consolidar e ampliar o potencial institucional para compreender criticamente e resolver problemas nacionais em saúde e fortalecer a ciência no país?

### **6.3.2 – FUNDAMENTAÇÃO**

Como diversos estudos apontam, há no mundo uma dissociação importante entre os esforços de geração de conhecimento, tecnologias e educação na área da saúde e os problemas que afetam a maior parte da população. Segundo o *Global Forum for Health Research*, apenas 10% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico tem relação com os problemas que afetam 90% da população mundial. O esforço de produção de conhecimento em saúde encontra-se fortemente relacionado ao mercado voltado para o tratamento, e não às necessidades de saúde.

No Brasil, apesar dos avanços, a produção de conhecimento em saúde ainda exige muito investimento para alcançar relevância expressiva em termos mundiais, uma vez que há grande dependência de conhecimentos, produtos e insumos em saúde produzidos externamente. Representando 0,9% da produção mundial, tal produção científica tem capacidade instalada de pesquisa relevante mas aquém do necessário para enfrentar os problemas sanitários brasileiros.

Além disso, no Brasil, o modelo hegemônico de financiamento de instituições de CT&I por agências como CNPq e CAPES é pautado pelo mérito científico medido principalmente a partir de publicações e orientado por disciplinas, e não por desafios para a resolução das necessidades sociais, entre elas as de saúde. Tal modelo não tem levado à efetividade possível para a produção de conhecimentos e tecnologias importantes para a população.

A Fiocruz é uma das maiores instituições brasileiras produtora de conhecimento em saúde. Em função da diversidade das suas Unidades, que atuam em diferentes áreas, é possível contribuir com toda a cadeia de geração de conhecimento de forma transdisciplinar e multiprofissional, envolvendo o campo das ciências biomédicas, sociais e humanas em uma grande diversidade de áreas e subáreas de conhecimento. Tal conhecimento advém não

apenas das atividades associadas à pesquisa, mas de todas as áreas nas quais a Fiocruz atua.

Os desafios da saúde no Brasil são múltiplos e complexos e para fortalecer a geração de conhecimento que sejam eficientes na resolução dos problemas impostos, a Fiocruz precisa atuar de maneira a estabelecer arranjos mais cooperativos e eficientes, que gerem ações mais efetivas em uma atuação coordenada. Atualmente, há uma fragmentação importante nas ações institucionais, que poderá ser superada com processos mais integradores, como a implantação de programas e plataformas integrativos e, especialmente, através de políticas e estratégias institucionais indutoras de articulação e cooperação entre grupos e institutos de pesquisa, assim como de unidades, centros e programas de formação de recursos humanos. Nesta perspectiva, os editais internos de financiamento de pesquisas e de cursos são instrumentos potenciais que podem estabelecer impacto positivo nessas diferenças. É também importante que tenhamos um sistema de pesquisa, desenvolvimento e inovação atrelado a formação de profissionais e especialistas que atendam às necessidades de desenvolvimento científico, tecnológico e produtivo do país.

Além disso, a presença nacional da Fiocruz possibilita a sua atuação em diferentes territórios, favorecendo diversas parcerias, respeitando as suas características, especificidades e necessidades. Existe na Instituição, um número elevado de especialistas em diferentes áreas do conhecimento, além da atuação em 26 programas de pós-graduação e da atuação expressiva na formação de trabalhadores para o SUS.

A soberania nacional está sob ataque, manifesto nas medidas de desmonte e cortes de recursos direcionados às instituições públicas, sobretudo aquelas de CT&I e de Saúde. Desta forma, cabe à Fiocruz ser resiliente e ao mesmo tempo acumular forças para agir com protagonismo na defesa dos interesses e necessidades da sociedade. Para tal, é preciso identificar áreas chave de investimento em inovação nas lacunas de oportunidades nesse ambiente desfavorável, com proatividade e em sinergia com a sociedade civil organizada.

O desafio de consolidar e ampliar o escopo da Política de Acesso Aberto ao Conhecimento está em consonância com a ideia de comunicação pública da ciência e com o modelo de prática científica proposto pelo movimento global Ciência Aberta - prática científica que, em consonância com o desenvolvimento da cultura digital, visa a disponibilização das informações em rede de forma oposta à pesquisa tradicionalmente desenvolvida somente nos laboratórios. Este desafio tem desdobramentos amplos na área de informação da Fiocruz.

Enfim, é necessário ampliar o conhecimento sobre os problemas nacionais de saúde, suas causas e seus determinantes. Atualmente, há questões centrais que precisam ser melhor compreendidas e incorporadas na Agenda Fiocruz para que se desenvolvam alternativas e soluções para questões relacionadas as graves transformações ambientais, a limitação de acesso aos recursos naturais básicos, como a água e alimento, a poluição ambiental, o uso indiscriminado de metais pesados e agrotóxicos, as vulnerabilidades relacionadas as mudanças climáticas, a questão da mobilidade e distribuição de território urbanos, as questões de saúde inerentes as populações tradicionais, o envelhecimento, as doenças negligenciadas, as mudanças no perfil epidemiológico, com a convivência de doenças infecciosas e enfermidades de origem não infecciosa, a violência, as desigualdades as dependências químicas, entre outros.

### **6.3.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T3) - Adotar como marco de referência de todas as suas atividades o paradigma de saúde que incorpora a funcionalidade e bem-estar durante o ciclo de vida das pessoas, permitindo que a Fiocruz seja protagonista no enfrentamento dos desafios à saúde pública postos pelos processos de mudança de perfil epidemiológico e demográfico no país.

Diretriz 02 – (T3) - Estabelecer uma agenda de prioridades para geração de conhecimentos e inovações na Fiocruz que leve em conta os problemas nacionais e internacionais de saúde, com base na qual a Fiocruz possa desenvolver atividades estratégicas em saúde, conforme os princípios de equidade que norteiam a cooperação sul-sul e a solidariedade entre os povos, priorizando as populações mais vulneráveis.

Diretriz 03 - (T3) - Definir uma política interna de financiamento/indução que priorize os problemas mais relevantes de saúde da população, os desafios para o fortalecimento do SUS e de desenvolvimento sustentável viabilizada com recursos da Lei Orçamentária Anual e outros direcionados para tal fim, valorizando as parcerias internas e a formação de redes de cooperação.

Diretriz 04 - (T3) - Intensificar a realização de estudos e pesquisas, inclusive com a produção e divulgação de notas técnicas, de modo a visibilizar evidências científicas sobre as condições de saúde e trabalho, levando em consideração as desigualdades sociais.

Diretriz 05 (T3) - Intensificar a atuação da Fiocruz junto às agências financiadoras no constante aprimoramento dos critérios de avaliação, introduzindo parâmetros mais qualitativos que reflitam o impacto do conhecimento gerado para a sociedade.

Diretriz 06 (T3) - Reorientar a perspectiva de avaliação interna da efetividade dos processos de produção de conhecimento e tecnologia na Fiocruz, baseando-a primordialmente na capacidade de contribuir para a resolução de problemas de saúde da população, e na garantia de representatividade das unidades nas referidas comissões de avaliação.

Diretriz 07 (T3) - Ampliar os dispositivos para a prestação de contas de suas atividades e compromissos na resolução de problemas de saúde.

Diretriz 08 (T3) - Ampliar os espaços de produção do conhecimento para além dos laboratórios e departamentos, constituindo redes de colaboração internas e externas de modo a envolver diversas áreas da Fiocruz, universidades, instituições de CT&I, saberes tradicionais, movimentos sociais e outras instituições públicas e privadas.

Diretriz 09 (T3) - Aprimorar mecanismos e espaços de comunicação que contribuam para a prestação de contas, a difusão e a captação ágil de informações relativas às atividades desenvolvidas e aos resultados alcançados, favorecendo uma maior interação da Fiocruz com a sociedade, governos e outras instituições.

Diretriz 10 (T3) - Fortalecer a formação de discentes/trabalhadores, promovendo o desenvolvimento de competências que permitam a proposição, a análise crítica e a implementação de projetos e ações que impactem as estruturas e finalidades do SUS, além de promover a integração dos diversos programas da instituição.

Diretriz 11 (T3)

Fortalecer, ampliar e avaliar as experiências e práticas de EAD na Fiocruz, modernizando e compartilhando conteúdos e metodologias, buscando consolidar também as instituições de ensino locais, obedecendo a política de acesso aberto, em consonância com o projeto político-pedagógico da Fiocruz e de suas unidades.

Diretriz 12 (T3) - Investir na pesquisa e desenvolvimento de abordagens pedagógicas mais sensíveis à complexidade e à incerteza que caracterizam os problemas sociais e de saúde, favorecendo particularmente a articulação interdisciplinar mediante estratégias inovadoras de educação.

Diretriz 13 (T3) - Contribuir para a diminuição das desigualdades regionais em relação à formação de pessoal, por meio da ampliação da oferta de ações e estratégias formativas nas regiões menos favorecidas, instituindo parcerias que respeitem e fortaleçam a autonomia científica e tecnológica dessas regiões.

Diretriz 14 (T3) - Formular uma política institucional de assistência estudantil que garanta



continuamente o amparo e a permanência do estudante.

Diretriz 15 (T3) - Fortalecer e articular as políticas institucionais de divulgação e popularização da ciência, ampliando o impacto das ações de forma a estimular uma cultura científica e democrática na sociedade, num diálogo permanente com os diferentes públicos, em especial com aqueles historicamente excluídos.

Diretriz 16 (T3) - Consolidar e ampliar o acesso público ao conhecimento, em linguagem acessível à população, aos acervos e à informação científica, em consonância com as políticas públicas e o movimento global pela ciência aberta. Esse desafio se desdobra em iniciativas conjugadas, tais como: o fortalecimento e ampliação da Política Institucional de Acesso Aberto ao Conhecimento e a consolidação do repositório institucional; a integração e fortalecimento de suas revistas científicas; o fortalecimento de ações integradas de preservação e difusão dos acervos científicos e culturais; a ampliação da produção e uso de Recursos Educacionais Abertos; e a formulação de uma política institucional de dados abertos que assegure o compartilhamento dos dados primários das pesquisas, respeitando-se todas as restrições legais, os imperativos éticos e os interesses institucional e social para o país.

Diretriz 17 (T3) - Aprimorar a gestão da informação científica e tecnológica na instituição, por meio de ações que promovam o tratamento, a preservação, a disseminação e o acesso ao conhecimento em saúde, visando fortalecer o desenvolvimento da pesquisa e do ensino para o SUS.

Diretriz 18 (T3) - Traçar estratégias de enfrentamento da crise de reprodutibilidade na pesquisa, fortalecer as políticas institucional e nacional de uso de biomodelos experimentais e a formação de pessoal qualificado e garantir investimentos para assegurar o bem-estar animal, a preservação da vida, a ética e a aplicação de boas práticas, além do desenvolvimento e emprego de métodos alternativos ao uso de animais, sempre que possível, em alinhamento com o conceito dos 3Rs.

Diretriz 19 (T3) - Consolidar a presença nacional e internacional da Fiocruz como instituição de CT&I em saúde, fortalecendo abordagem que priorize a realidade da cada região, reafirmando seu papel inovador na área de serviços e da organização das ações de saúde de forma a transformar o conhecimento em benefícios para a saúde da população.

Diretriz 20 (T3) - Fortalecer e ampliar a inserção dos acervos científicos e institucionais da Fiocruz em suas políticas, planejamento e ações estratégicas, a fim de garantir sua sustentabilidade, considerando que são patrimônio científico e cultural inalienável, além de

estruturantes para o Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis).

Diretriz 21 (T3) - Consolidar a Rede Fiocruz de Biobancos, garantindo sua sustentabilidade e fortalecendo suas políticas, ações estratégicas e parcerias nacionais e internacionais.

Diretriz 22 (T3) - Estabelecer estratégia para apoio e acompanhamento dos estudantes cotistas, visando maior integração do educando e favorecendo seu processo de formação.

Diretriz 23 (T3) - Formular uma política institucional de assistência ao egresso, tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho.

Diretriz 24 (T3) - Contribuir para que o projeto político-pedagógico das instituições de formação dos trabalhadores para o SUS seja pautado pelas necessidades de saúde da população e mediado por um processo formativo interprofissional, humanista e tecnicamente qualificado que valorize os saberes e práticas produzidos no território e o caráter presencial da formação para o cuidado em saúde de modo a garantir a integração ensino-serviço-comunidade e as experiências da diversidade de cenários/espacos de vivências e práticas do trabalho no SUS.

Diretriz 25 (T3) - Promover a integração dos diversos programas de ensino, mediante o estabelecimento de eixos comuns a serem incorporados aos programas de pós-graduação da Fiocruz, considerando as especificidades de cada programa.

Diretriz 26 (T3) - Fortalecer a perspectiva dos direitos humanos nas atividades acadêmicas e na formulação de políticas públicas, de forma a assegurar que princípios como igualdade e não discriminação, transparência e direito à participação da sociedade orientem as abordagens e se contraponham às medidas regressivas em curso e potenciais.

Diretriz 27 (T3) - Fortalecer a divulgação e popularização da ciência e inovação, de modo a aproximar a sociedade do processo de geração de conhecimento, bem como de seus resultados, favorecendo a apropriação social da ciência, por meio da articulação entre o saber popular e o conhecimento científico.

Diretriz 28 (T3) - Promover um ambiente institucional propício ao desenvolvimento de um sistema de CT&I que considere a dimensão cultural da ciência e a memória como componentes de sua concepção e dinâmicas política, econômica e social.

**6.4 – TESE 4 - A Fiocruz é uma instituição nacional com capacidade de articular prospecção estratégica e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, estratégias e ações no campo da saúde dirigidas para o enfrentamento dos desafios sanitários do presente e do futuro, nos âmbitos científico, tecnológico e político.**

**6.4.1 – QUESTÃO** - Como fortalecer e articular a capacidade de formulação estratégica da Fiocruz para nortear as estratégias e ações institucionais e subsidiar as políticas públicas, frente ao contexto de profundas mudanças nas condições de saúde e da 4ª Revolução Industrial que representam desafios estruturais para viabilizar os princípios do SUS?

#### **6.4.2 - FUNDAMENTAÇÃO**

As Instituições que possuem capacidade diversificada de formulação estratégica como a Fiocruz são organizações capazes de produzir análises integradas e sistêmicas de políticas públicas, permitindo tanto atualizar suas diretrizes e ações para os desafios do futuro quanto e propor e defender causas ou políticas de relevância coletiva, com destaque para a construção de sistemas universais de saúde em contextos de fortes mudanças climáticas, ambientais, demográficas, epidemiológicas, científicas e tecnológicas.

A organização das atividades de prospecção e de formulação estratégica requerem uma lógica de organização por problemas, permitindo articular diversos conhecimentos e saberes necessários a mudança social. Este potencial das Instituições caracteriza-se por produzir recomendações de políticas públicas e para a sociedade em geral, dando instrumentalização teórica, técnica e política para decisões institucionais e em diversas áreas das políticas públicas que interferem diretamente na saúde e em seus determinantes econômicos e sociais.

A Fiocruz possui um papel de destaque, tendo o potencial de articulação entre os campos das ciências humanas e sociais e ambientais em saúde e o campo biomédico, de vigilância e de produção e inovação em saúde. Sua participação na própria conceituação e construção do SUS e nas perspectivas analíticas e políticas na área de CT&I e do CEIS, são exemplos destacados de como a capacidade estratégica da instituição deve ser potencializada para o enfrentamento dos grandes desafios nacionais de um modo integrado e sistêmico, abarcando desde os desafios para a organização do SUS até os advindos da revolução científica e tecnológica em curso.

A Instituição possui, assim, competências de alta qualificação para a produção técnica e científica com capacidade para influenciar as diretrizes institucionais e as políticas públicas,

porém há um déficit importante entre esta capacidade de produção técnica e científica e o seu real aproveitamento em termos de políticas públicas, observando-se grande dispersão e fragmentação de esforços.

Parte deste cenário se deve às dificuldades em articular a diversidade e pluralidade de campos disciplinares e informações produzidas. Apresenta-se como um grande desafio institucional a busca do aproveitamento de sinergias, de modo organizado e articulado, numa perspectiva essencialmente transversal do conhecimento, essencial para o enfrentamento de problemas complexos da sociedade brasileira.

Este processo ao mesmo tempo aberto e integrado constitui uma necessidade para subsidiar a tomada de decisões, seja no âmbito da instituição, da sociedade ou dos governos em seus vários níveis (federal, estaduais e municipais). Implementar esta perspectiva significa adotar estratégias organizacionais que facilitem estas interconexões e, assim, permitir avançar em um dos principais objetivos estratégicos institucionais, que é transformar os conhecimentos técnico-científicos produzidos na instituição em diretrizes e ações institucionais e em políticas públicas que contribuam para promover mudanças positivas nas condições de vida e saúde da população e em avanços integrados no SUS e no sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Há um desafio institucional advindo especificamente da 4ª revolução industrial a ser enfrentado: a democratização da política de gestão da tecnologia da informação de maneira ética, transparente e integrada à missão da Fiocruz. Para abrigar novos sistemas que foram construídos sobre a infraestrutura da revolução digital, será necessária uma mudança de cultura em que usuários, sejam pesquisadores ou técnicos, estejam esclarecidos do correto acesso aos recursos tecnológicos, potencial de armazenamento de dados e requisitos de segurança da informação.

No âmbito dos desafios da revolução tecnológica em curso, pode-se destacar que, na área da saúde, a Fiocruz foi pioneira no Brasil no desenvolvimento de novas metodologias de integração e análise de grandes bases de dados com finalidade de pesquisa e avaliação de políticas públicas, provendo correlações e revelando padrões até então impossíveis de serem obtidos por metodologias tradicionais. Pesquisas desta natureza revelam o potencial e a necessidade da Fiocruz atuar nos novos regimes e paradigmas científicos tecnológicos para garantir seu vínculo com as necessidades da sociedade, articulando as dimensões econômicas, sociais e ambientais do desenvolvimento em uma perspectiva transdisciplinar e multisetorial para busca de respostas e soluções para os grandes desafios nacionais.

### **6.4.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T4) - Fortalecer a capacidade institucional e a integração das atividades prospectivas das unidades da Fiocruz como fatores de promoção e articulação das diversas competências existentes na instituição com potencial de influenciar as diretrizes e ações institucionais e as políticas governamentais.

Diretriz 02 (T4) - Aprimorar os mecanismos de identificação das questões de impacto no debate nacional e internacional para a construção de uma agenda institucional que contribua para as políticas públicas, articulando os desafios futuros do SUS com aqueles advindos da Quarta Revolução Industrial, marcada pela convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas, inclusive as associadas ao Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) vinculado às demandas da sociedade.

Diretriz 03 (T4) - Fortalecer a capacidade de a instituição constituir redes nacionais e internacionais de conhecimento que tenham compromisso com os sistemas públicos e universais de saúde e com uma atividade de CT&I vinculada ao bem-estar e ao desenvolvimento socioeconômico, ao mesmo tempo que contribua para o fortalecimento da Fiocruz junto à sociedade.

Diretriz 04 (T4) - Aprimorar a capacidade de ausculta e interação com a sociedade, adotando mecanismos de identificação e análises de demandas sociais e de opinião pública, de modo a discutir e incorporar novas agendas e demandas e ampliar o debate sobre saúde, CT&I e ambiente.

Diretriz 05 (T4) - Ampliar e desenvolver a formação de pessoal para as atividades de prospecção, de forma a contemplar a diversidade institucional.

Diretriz 06 (T4) - Consolidar a capacidade institucional para o desenvolvimento de metodologias de integração e análise de grandes bases de dados em saúde e em sistemas computacionais complexos interoperáveis, promovendo a qualificação profissional com a finalidade de ampliar o campo de atuação das ciências da saúde e de apoiar tomadas de decisões em políticas públicas em benefício da sociedade.

Diretriz 07 (T4) - Ampliar de forma estruturada a capacidade institucional de promover o pensamento estratégico e político, entendendo a prospecção como uma atividade de construção de um projeto institucional e nacional de futuro, envolvendo aumento da capacidade de análise e processos formativos que permitam a incorporação de competências essenciais do Sistema Fiocruz, mantendo uma infraestrutura básica de alto nível, distribuída

de forma equânime entre suas unidades.

Diretriz 08 (T4) - Buscar o investimento estrutural e a sustentabilidade necessária ao pleno exercício das atividades de prospecção e de formulação institucional, estimulando o compartilhamento e a integração para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros.

Diretriz 09 (T4) - Desenvolver estudos e apontar alternativas para o enfrentamento de obstáculos à promoção, prevenção e atenção à saúde e à autonomia científica e tecnológica presentes nos acordos que regulam as relações nacionais e internacionais.

Diretriz 10 (T4) - Fortalecer a geração, sistematização, análise e divulgação de dados e informações qualificadas para a formulação de políticas públicas, no monitoramento do sistema de saúde, da situação da saúde da população brasileira e de seus determinantes socioambientais.

Diretriz 11 (T4) - Fortalecer as competências da Fiocruz em promover sua integração com as diversas entidades que realizam papel de repositório, curadoria e/ou análise quanti e qualitativa de bases de dados relevantes para o SUS com o objetivo de gerar resultados para influenciar políticas públicas.

Diretriz 12 (T4) - Promover a articulação e inserção da Fiocruz nas redes e instâncias nacionais e internacionais de formulação estratégica que sejam comprometidas com sistemas públicos universais de saúde e a soberania científica e tecnológica de cada país, contemplando a interdisciplinaridade do conhecimento para a transformação social e institucional.

Diretriz 13 (T4) - Estimular o Sistema Fiocruz de CT&I a fortalecer a atuação prospectiva na cultura organizacional, articulando as áreas de gestão, planejamento e projetos.

Diretriz 14 (T4) - Gerar evidências que demonstrem o impacto das ações da Fiocruz para o desenvolvimento econômico e social do país, para o SUS e para as políticas públicas de redução das iniquidades e diferenças regionais.

Diretriz 15 (T4) - Ampliar o conhecimento e a capacidade prospectiva sobre os problemas de saúde nacionais e globais considerando emergência, distribuição e modificação de agravos à saúde.

**6.5 - TESE 5 - A Fiocruz tem capacidade de desenvolvimento tecnológico e inovação para a sustentabilidade e a efetividade do SUS e para a consolidação do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, devendo reorientar seu modelo de fomento e indução, articular suas atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção e educação, e promover projetos institucionais referenciados nas necessidades presentes e futuras do SUS, bem como aprimorar sua capacidade de articulação externa de modo a garantir a sustentabilidade política, social, tecnológica e econômica de suas atividades.**

**6.5.1 – QUESTÃO** - Como ampliar a capacidade da Fiocruz de transformar os conhecimentos e tecnologias gerados na instituição e na sua rede de colaboradores, incluindo o setor produtivo, em atividades produtivas e em novos produtos, bens e serviços que cheguem à população, consolidando-se como instituição inovadora referida nas necessidades do SUS, ampliando acesso, em especial diante de um cenário de mudanças nas políticas, que reduzem o papel dos produtores públicos no país?

### **6.5.2 - FUNDAMENTAÇÃO**

O Brasil, para se consolidar como nação, precisa produzir mais conhecimento, mais tecnologia, mais inovação e mais produtos de maior complexidade tecnológica, para dar conta das necessidades humanas do nosso país, abrangendo-se aí queda das desigualdades sociais e melhorias nas condições de saúde da população, ou seja, um novo modelo de sociedade. Sem essas condições, não é possível falar em desenvolvimento.

A produção da inovação não é só técnica, envolve interesses, é um processo também político. A globalização, para além do atual ajuste, amplia o hiato de inovação entre países centrais e periféricos, reforçando a geopolítica internacional: o esforço de inovação e a apropriação privada da riqueza que advém do conhecimento estão cada vez mais concentrados nos países centrais.

A ruptura observada no Brasil aponta como saída o ajuste recessivo ao invés de mudanças estruturais, sociais e econômicas, que incluam uma nova matriz produtiva e de inovação que permita menos desigualdade social interna e externamente.

Pelas suas características e trajetória, a Fiocruz se constitui num sistema singular de inovação, com potencial para traduzir conhecimentos gerados interna e externamente, na sua rede de cooperações, em inovações tecnológicas para o SUS. É uma das raras instituições a reunir os principais elementos da cadeia de inovação, desde a bancada e das

atividades de pesquisa biomédica e social, passando pela capacidade de realizar estudos clínicos e de propostas de organização do sistema de inovação e produção industrial no contexto do sistema de saúde até a geração de produtos e tecnologias estratégicas para o SUS, incluindo a fiscalização sanitária dos produtos. Ademais, o conhecimento produzido, base importante para inovação, tem permitido à instituição dar respostas rápidas e cientificamente embasadas, como, por exemplo, as inovações tecnológicas desenvolvidas para enfrentamento recentes das emergências sanitárias.

Nos últimos anos a Fiocruz tem feito um esforço e direcionado recursos para ampliar sua capacidade de inovação, principalmente a partir de programas de fomento e indução.

Estes programas se direcionaram principalmente a profissionais da organização com vistas ao desenvolvimento tecnológico e a inovação em qualquer ponto da cadeia. Embora projetados para a constituição de espaços formalmente instituídos para articulação institucional com parceiros clientes/usuários e fornecedores, há necessidade de aprimoramento destes mecanismos para intensificar a relação translação dos desenvolvimentos realizados na instituição para o setor produtivo.

Tais movimentos foram importantes e favoreceram o despertar de uma reflexão sobre a inovação. As áreas de biotecnologia, diagnóstico e farmacêutica apresentaram diferentes níveis de desenvolvimento, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade do SUS, importante frente de atuação da Fiocruz. No entanto, há que se avançar na superação do elo crítico da cadeia de inovação contemplando todas as áreas de atuação da Fiocruz.

Mediante incorporação de tecnologias como principal estratégia foi possível ampliar a capacidade industrial de Biomanguinhos e Farmanguinhos, consolidando a Fiocruz como maior ofertante de produtos para o SUS. Este fato se coloca como um dos principais desafios para a consolidação de um sistema de inovação Fiocruz, que seja capaz de produzir e absorver inovações sustentáveis e competitivas, com base principalmente na capacidade de articular os diferentes componentes da cadeia de inovação da própria instituição.

A conexão com instituições de C&T e com o setor produtivo, necessária, considerando que uma maior aproximação e compartilhamento de conhecimentos, tecnologias e inovações é favorável ao desenvolvimento e oferta de novos produtos e serviços inovadores, tendo em perspectiva ao acelerado desenvolvimento da Indústria 4.0.

O modelo de indução à inovação na Fiocruz ainda é fortemente assentado em editais pautados pela oferta, com muitos projetos sendo selecionados. O desafio permanece é



ampliar a capacidade de definir focos e prioridades e concentrar recursos em projetos com real potencial de desenvolvimento de produtos e serviços capazes de serem colocados à disposição da sociedade.

Há a necessidade de avanços em estratégias inovadoras, com capacidade de promover a conexão com o setor produtivo e, assim, facilitar a transferência de tecnologias desenvolvidas pela Fiocruz para o Sistema Único de Saúde.

No contexto atual de questionamento do papel das Instituições Públicas na área de produção, a busca de modelos inovadores e comprometidos com o SUS apresenta-se como uma necessidade da sociedade brasileira. A sustentabilidade da produção na Fiocruz no campo farmacêutico e de produtos biológicos é essencial e depende fortemente de uma ação voltada para a crescente legitimidade social, política e econômica da produção pública em saúde em bases eficientes e passível de permanente avaliação, considerando que a sustentabilidade da Fiocruz e de suas unidades é parte crítica e essencial da própria sustentabilidade do SUS em sua área de atuação.

Para que a Fiocruz exerça seu papel de contribuir para a sustentabilidade do SUS, como instrumento para a regulação de preço, além do fornecimento de insumos de qualidade assegurada, é necessário que a atividade industrial na Fiocruz também seja sustentável, tecnológica e economicamente.

Neste ponto, a sustentabilidade dessa atividade industrial se relaciona diretamente com a própria sustentabilidade da política das PDPs. Recentemente, essa política tem sido interpretada e conduzida de forma diferente nas recentes gestões do Ministério da Saúde, centrando importância na redução de gastos no curto prazo. Esta mudança coloca em risco a estratégia de incorporação tecnológica centrada nas PDPs, tornando crítica a formulação de política institucional de inovação que favoreça projetos de desenvolvimento oriundos da cadeia de inovação da Fiocruz, que articulem projetos e iniciativas pelo lado da oferta e da demanda por conhecimentos que levem a novas tecnologias e produtos de interesse do SUS. Esta, vale lembrar, é a própria gênese da Fiocruz. Nesse sentido, o esforço de fortalecimento da cadeia de inovação da Fiocruz deve considerar a cultura e a memória como elementos inovadores e estratégicos das ações da Fiocruz nos campos da saúde e ciência & tecnologia, reafirmando seu papel de instituição de Estado. Por fim, é importante considerar que, embora componente central, a inovação de bens e produtos na área de insumos para a saúde não é o único quando se considera uma concepção ampliada de inovação. Neste sentido, a área de CT&I inclui também tecnologias leves e tecnologias sociais territorializadas, que permitem

desenvolver adequações e inovações sociotécnicas e gerar conhecimentos em parceria com a sociedade e os movimentos populares. A Inovação deve ser considerada também nos processos de trabalho e em novas metodologias empregadas, que irão impactar diretamente na prestação de serviços à sociedade.

### **6.5.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T5) - Explorar as possibilidades do marco legal da CT&I que se conectem com os princípios institucionais e, ao mesmo tempo, favoreçam a criação de ambiente institucional pró-inovação e das relações internacionais em pesquisa.

Diretriz 02 (T5) - Criar mecanismos de avaliação e acompanhamento que possibilitem monitoramento institucional permanente dos projetos de prestação de contas à sociedade dos resultados, fortalecendo ações de comunicação e apropriação social da ciência.

Diretriz 03 (T5) - Incentivar as atividades de oferta e demanda de conhecimentos, na perspectiva do Sistema Fiocruz de CT&I, pela via de programas articulados de fomento à pesquisa e indução ao desenvolvimento tecnológico e serviços.

Diretriz 04 (T5) - Estabelecer uma agenda institucional de inovação que aponte para as tecnologias e produtos, com base em mecanismos de prospecção sanitária e tecnológica e no diálogo com governos e setores da sociedade.

Diretriz 05 (T5) - Criar um programa institucional de fomento à inovação, associado a um fundo com provisão orçamentária gerida a partir de fontes primárias da Fiocruz e de captações externas. Tal programa deverá ter como eixo de atuação o potencial de catalisar a cadeia de inovação, articulando as redes internas e de colaboração, pavimentando o trajeto entre pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção, em especial para as tecnologias de fronteira.

Diretriz 06 (T5) - Incorporar no Sistema Fiocruz de CT&I as tecnologias sociais e os conhecimentos desenvolvidos, estimulando a difusão e a reaplicação dessas inovações sociotécnicas territorializadas em parceria com a sociedade e os movimentos sociais.

Diretriz 07 (T5) - Estabelecer uma agenda de inovação que dialogue com os projetos individuais de pesquisadores das unidades, bem como projetos a serem desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação da Fiocruz, que devem incorporar indicadores que verifiquem a vinculação de seus objetivos a políticas públicas.

Diretriz 08 (T5) - Avançar na estratégia de prestação de serviços tecnológicos especializados para atividades voltadas à PD&I, em áreas, temas, tecnologias e produtos que fortaleçam o

SUS e o Ceis e representem complementariedade às ações da Fiocruz, em parcerias formalizadas de sorte a preservar direitos da Fiocruz. A prestação de serviços tecnológicos deve ter como objetivo a geração de recursos tecnológicos, científicos e financeiros para o Estado e o para o SUS, em particular, bem como o maior acesso da comunidade técnico-científica brasileira a recursos, tecnologias, instituições acadêmicas e do setor produtivo e profissionais especializados no Brasil e no exterior.

Diretriz 09 (T5) - Avançar em mecanismos de compartilhamento de uso de laboratórios, equipamentos, plataformas, recursos humanos, protocolos de pesquisa e capital intelectual. As cooperações internas, também expressas na forma de prestação de serviços internos, devem ser cooperativas e solidárias e, quando necessário, objeto de ajustes orçamentários. Para cooperações externas, as parcerias devem ser pautadas pelo interesse público e prioridades institucionais.

Diretriz 10 (T5) - Incorporar na agenda de inovação e prever investimento para viabilizar ferramentas de tecnologia da informação voltadas para a gestão dos programas e projetos de P&D, de prospecção e da propriedade intelectual, de forma a viabilizar informações ágeis relativas às atividades desenvolvidas no campo, favorecendo arranjos em rede, trabalho colaborativo e desenvolvimento de plataformas.

Diretriz 11 (T5) - Buscar complementar os recursos orçamentários do Ceis e do Sistema Fiocruz de CT&I com parte do resultado das atividades de produção e prestação de serviços pela Fiocruz.

Diretriz 12 (T5) - Criar programas que incentivem a otimização das capacidades instaladas das unidades da Fiocruz por meio de novas parcerias que ampliem a sustentabilidade financeira das unidades, de acordo com o preconizado no marco legal.

Diretriz 13 (T5) - Criar ambientes de inovação em saúde comprometidos com o SUS por meio de ideação, pré-aceleração, aceleração e incubação visando a geração e a execução de projetos, com base no Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, respeitando as diretrizes e prioridades institucionais.

Diretriz 14 (T5) - Aperfeiçoar o Sistema de Gestão Tecnológica e Inovação (Gestec-NIT) com atuação sobre o portfólio de inovação, pesquisa e desenvolvimento, alinhado ao compromisso social da Fiocruz e aos marcos regulatórios brasileiros, e fortalecer os núcleos de inovação tecnológica, promovendo ações e políticas internas para fomentar a cultura da inovação junto a todas as unidades e carreiras da Fiocruz.

Diretriz 15 (T5) - Integrar os profissionais da Fiocruz nos objetivos e cultura da inovação com compromisso social, compartilhando saberes e promovendo a redução das assimetrias de conhecimento.

Diretriz 16 (T5) - Fortalecer o papel inovador da Fiocruz na área de serviços e da organização das ações de saúde, integrando as unidades que atuam em atenção à saúde com as que desenvolvem atividades produtivas, como parte da estratégia institucional de inovação e fomento às pesquisas translacionais.

Diretriz 17 - (T5) - Implantar um novo ambiente para inovação em pesquisa e desenvolvimento científico que oriente as políticas institucionais alinhado às políticas de acesso aberto, de inovação e propriedade intelectual da Fiocruz, às publicações, à abertura dos dados científicos e a novos métodos e novas métricas de estudos qualitativos e quantitativos que revelem os produtos gerados pelas atividades da instituição além dos avanços acadêmicos, consolidando mecanismos e plataformas estruturantes para a gestão e a avaliação das atividades institucionais.

Diretriz 18 (T5) - Liderar iniciativas de inovação de produtos da biodiversidade brasileira, promovendo a integração da expertise institucional para realizar pesquisas em rede, fortalecendo a perspectiva ecológica, além da social, como determinante da saúde, conferindo um caráter de sustentabilidade para essas políticas e mantendo uma contínua vigilância sobre os impactos das modificações ambientais, especialmente sobre populações em situação de vulnerabilidade.

Diretriz 19 (T5) - Promover as iniciativas de inovação de produtos advindos da biodiversidade brasileira, sua conservação in situ respeitando o conhecimento tradicional a ela associado e a repartição justa e equitativa de seus benefícios.

Diretriz 20 (T5) - Fortalecer o compromisso social da Fiocruz com a produção de medicamentos e tecnologias para o cuidado de populações em situação de vulnerabilidade e atenção a doenças negligenciadas.

**6.6 – TESE 6 - A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é a mais abrangente referência internacional do período contemporâneo para a mobilização de valores, direcionamento de modelos de desenvolvimento inclusivos e sustentáveis, justiça social e construção de alianças para a realização desse ideário. Constitui-se, portanto, importante marco de referência para a Fiocruz construir sua nova agenda e perspectivas de médio e longo prazos.**

**6.6.1 – QUESTÃO** - Como articular estratégia de interação com a Agenda 2030 de forma a potencializar a contribuição da Fiocruz para sua realização e otimizar as oportunidades que oferece para a consolidação de seu papel como Instituição Estratégica de Estado, fortalecimento de redes cooperativas, suporte político e coesão e mobilização institucional.

### **6.6.2 - FUNDAMENTAÇÃO**

A Agenda 2030 integra as dimensões econômica, social e ambiental e sintetiza em seu lema central, “Ninguém Deixado para Trás”, a ideia-força da equidade na busca pelo alcance dos princípios diretores voltados para Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (5 Ps). Resulta do consenso de 193 países, que, de maneira voluntária, adotaram seu referencial e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como compromisso norteador no planejamento nacional e no âmbito da cooperação internacional.

A matriz histórica da Fiocruz assenta-se em uma forte correlação entre base científica e tecnológica e visões sobre saúde e desenvolvimento, construção nacional e papel do Estado e carrega, portanto, forte ressonância com o referencial da Agenda 2030. Por sua vez, as bases conceituais da Reforma Sanitária, referência central para a Fiocruz, estão relacionadas ao pensamento crítico sobre saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento e vêm produzindo momentos fortes de releituras e novos desenvolvimentos, com destaque para a abordagem “Determinantes Sociais da Saúde” e sobre o “Complexo Econômico e Industrial da Saúde”, em todos sentidos conectados ao sentido maior da Agenda 2030.

Essa trajetória já posiciona a Fiocruz com enormes vantagens comparativas para a disputa de sentidos e direcionalidade da Agenda 2030 e os ODS, ao mesmo tempo em que abre um amplo leque de possibilidades para otimizar as oportunidades criadas por esse referencial. Reforçando o pensamento crítico, o diálogo e inflexões em torno dos temas saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento e suas relações com o conjunto dos ODS, é um grande atrator para novos desafios e desdobramentos do ponto-de-vista conceitual, acadêmico, programático e político.

O Brasil e, em particular a Fiocruz, contribuíram fortemente para aprimorar a visão sobre o desenvolvimento sustentável e o desenho da Agenda 2030 e os ODS. O protagonismo do Brasil foi determinante para o alargamento dos temas sociais, a inclusão do tema saúde e o reconhecimento do papel central da Ciência, Tecnologia e Inovação na realização dos ODS. Esse protagonismo, no plano nacional e institucional foi de grande relevância para projetar o país e a Fiocruz no cenário internacional.

O ambiente internacional e nacional é adverso e, mesmo, regressivo, quando consideramos os objetivos da Agenda 2030. A crise econômica, o deslocamento do discurso de hiperglobalização para nacionalismos protecionistas, a exacerbação de fundamentalismos, intolerâncias e conflitos e, como grande determinante disso tudo, o reforço do neo-liberalismo e domínio do capital rentista e financeiro, são claramente contraditórios com os valores da Agenda 2030 e seus ODS.

Em contraponto a esse quadro, o documento “A erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade em um mundo em evolução” (Declaração de Ministros sobre Desenvolvimento Sustentável. ONU,2017) enfatiza, em seus pontos fortes, a necessidade de “empoderar as pessoas vulneráveis”, o cumprimento do acordo de Paris sobre o clima, rejeitado pelo Presidente dos EUA, a implementação de planos nacionais de desenvolvimento, a ‘localização’ da Agenda e os ODS e a promoção de alianças inclusivas. Denuncia os elevados níveis de endividamento, o crescimento sem emprego e a limitada resiliência às repercussões das mudanças climáticas, desertificação, inundações, seca e degradação da terra dos países em desenvolvimento.

Chama a atenção para uma contribuição holística da saúde, afirmando que “os investimentos em saúde contribuem na redução da desigualdade, no crescimento econômico sustentável e inclusivo, no desenvolvimento social, na proteção ao meio ambiente, assim como na erradicação da pobreza, da fome e da má nutrição” e destaca a importância de fortalecer sistemas de saúde inclusivos, de tratar os determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde, e de investir na pesquisa científica e inovação.

A saúde é reconhecida na Agenda 2030 por sua relevância como direito humano, pré-condição e como indicador do sucesso de suas metas. Entretanto, apesar da grande relevância, o conjunto de metas do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) representam apenas algumas das metas que serão necessárias para implementar, na plenitude, seu generoso enunciado: *Assegurar vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades.*

A última Conferência de Alto Nível para a Agenda 2030 (2017) afirmou que a cobertura universal de saúde é a chave para a conquista do ODS 3. Essa formulação, descontextualizada, não contém as garantias de direito, equidade, integralidade e sentido público necessários ao cuidado à saúde. Sob a égide do conceito de “Cobertura Universal” se abrigam diversas concepções, desde o reconhecimento da saúde como um direito sem qualquer restrição ao acesso, como o proposto pelo Brasil e aprovado pelo Conselho Diretor da OPS, ainda que em contradição com a resolução aprovada pela Assembleia Mundial de Saúde da OMS, até iniciativas de mercantilização, focalizadas em cestas básicas para os mais pobres e seguros de saúde para o restante da população. Para o caso brasileiro, o Sistema Único de Saúde, que expressa exemplarmente a primeira alternativa, tem, portanto, centralidade para a implementação do ODS 3 e o Governo Brasileiro, que é signatário deste compromisso, não pode desvalorizar o SUS. Entretanto, as medidas constitucionais e infra-constitucionais que vêm sendo adotadas pelo Estado Brasileiro apontam numa direção oposta.

A Agenda 2030 terá um peso importante no debate sobre projeto de país e nação e sua inserção internacional. Deve ser evocada como compromisso nacional, como referência para se contrapor aos processos regressivos na área ambiental e social no país. Trabalhar com as contradições entre o discurso aceito - enquanto compromisso de Estado- e a prática corrente, é uma das possibilidades de intervenção técnica e política associada à Agenda 2030, atualizando e ampliando nosso pensamento crítico e as teses centrais sobre saúde, desenvolvimento e projeto nacional.

Tomar a Agenda 2030 enquanto referência internacional para o projeto de nação significa, portanto, entendê-la como objeto de disputa de sentidos e formas diferenciadas de sua tradução em práticas. Isso implica em constante diálogo crítico. Ao mesmo tempo em que a Agenda 2030 e os ODS são valorizados com a construção de conhecimento e definição de políticas e instrumentos para sua implementação e monitoramento, deve-se produzir um esforço conceitual e programático para o desenvolvimento de agendas fundadas em nossos referenciais teóricos, visão de sociedade e país e empenho na obtenção de cenário de futuro desejável coerente com essa visão.

No plano institucional, a referência da Agenda 2030 tem forte poder integrador e de coesão, por seu caráter transversal, aglutinador das dimensões econômica, social e ambiental, e mobilizador de valores centrais que integram o ideário da Fiocruz. É objeto para análises prospectivas, instrumento para o enfrentamento político e ideológico e de grande

permeabilidade para a ampliação apoio social.

A instituição da “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” alinha-se aos considerandos acima, reforçados pela análise histórica, de conjuntura e prospecção de futuro da Fiocruz.

### **6.6.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T6) - Desenvolver, com ampla inserção institucional, “Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030” a fim de contribuir para a articulação das bases conceituais, diretrizes programáticas e estratégias de intervenção da Fiocruz, conferindo-lhes maior direcionalidade e eficácia na interação com a Agenda 2030.

Diretriz 02 (T6) - Reforçar o pensamento crítico em torno dos temas saúde e sociedade e saúde e desenvolvimento em suas relações com o conjunto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e consolidar corpo de doutrinas e abordagens com base nos direitos humanos, na determinação social da saúde e temas conexos, nos estudos sociais de ciências, na ecologia de saberes, na análise de sistemas e da teoria crítica sobre inovação e em modelos de desenvolvimento.

Diretriz 03 (T6) - Reforçar o papel da Fiocruz na análise de políticas públicas e ação social, em forte interação com os movimentos sociais, em torno dos temas saúde, educação, trabalho, ambiente e desenvolvimento, considerando as diferenças e desigualdades regionais.

Diretriz 04 (T6) - Construir matriz para análise das linhas de atuação da Fiocruz referenciadas ao tema do desenvolvimento sustentável e fomentar a interação entre as diferentes linhas, identificando prioridades. Incorporar critérios de contribuição para os ODS, recortes teórico-conceituais, dimensão estruturante, integração institucional, relações com as partes interessadas e movimentos sociais, entre outros.

Diretriz 05 (T6) - Reforçar o papel da Fiocruz na saúde global e cooperação nacional, e internacional em geral na vertente da Agenda 2030, atualizando e ampliando a participação crítica junto aos organismos multilaterais, países e instituições.

Diretriz 06 (T6) - Articular a atuação dos centros colaboradores da Fiocruz junto à OPAS/OMS com base nos objetivos da Agenda 2030, reforçando os já existentes e expandindo para novas possibilidades de cooperação.

Diretriz 07 (T6) - Identificar os principais atores e interlocutores do Estado e da sociedade civil para os quais devem se dirigir os esforços da Fiocruz relativos à Agenda 2030, fortalecendo a constituição de redes cooperativas e alianças para ampliar o escopo da ação da Fiocruz e



reforçar a sustentação social e política da instituição, otimizando as oportunidades que a Agenda 2030 e ODS possibilitam.

Diretriz 08 (T6) - Acionar a capacidade instalada da Fiocruz na área de comunicação e saúde para fomentar a apropriação social da proposta da Agenda 2030, promovendo o conceito de ciência cidadã.

Diretriz 09 (T6) - Colaborar com a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e propor a constituição de uma câmara temática relacionada à saúde no âmbito da Agenda 2030 nacional.

Diretriz 10 (T6) - Contribuir para os Mecanismos Facilitadores de Tecnologia (MFT), iniciativa da ONU voltada para direcionar a CT&I aos objetivos da Agenda 2030, com a produção de análises e propostas relativas a mecanismos de priorização de políticas e financiamento, governança integrada da saúde e CT&I.

Diretriz 11 (T6) - Fortalecer as ações voltadas para a consolidação da cultura de sustentabilidade ambiental dentro da Fiocruz, integrando as diversas iniciativas aos objetivos da Agenda 2030.

Diretriz 12 (T6) - Articular as competências da Fiocruz a fim de contribuir para o monitoramento, inclusive o local, das metas dos ODS com metodologias inovadoras e de promover uma visão transversal dos diversos ODS relacionados ao Objetivo 3 (saúde).

Diretriz 13 (T6) - Fortalecer as ações de pesquisa, ensino e cooperação da Fiocruz no tema da água e do semiárido brasileiro, tendo em vista o cenário de escassez resultante de alterações climáticas e de um modelo de desenvolvimento excludente, marcado por injustiças ambientais.

Diretriz 14 (T6) - Fortalecer pesquisas e ações, bem como o desenvolvimento de tecnologias sociais e formação sociotécnica para a reduzir as desigualdades sociais em redes cooperativas multidisciplinares, com ênfase na saúde urbana e ambiental de territórios em situação de vulnerabilidade, em termos socioambientais, no âmbito da estratégia Fiocruz na Agenda 2030. Erradicar a pobreza da população brasileira em todos os ciclos de vida, com ênfase nos primeiros mil dias de vida, fase fundamental do desenvolvimento para a promoção da cidadania.

**6.7 - TESE 7 - A Fiocruz é uma instituição pública estratégica voltada para o fortalecimento da vigilância em saúde, em seus diversos componentes (epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador), em consonância com os**

**sistemas nacionais de vigilância, contribuindo para a articulação de suas ações nos vários campos da saúde e atendendo às demandas e necessidades do SUS.**

**6.7.1 – QUESTÃO** - Como potencializar a nossa capacidade de atuação no campo da vigilância em saúde, uma vez que a instituição conta com estrutura e competências singulares neste campo central de desenvolvimento do sistema de saúde brasileiro?

### **6.7.2 – FUNDAMENTAÇÃO**

O complexo quadro demográfico, epidemiológico e de determinação da saúde, na atualidade, e suas tendências para as próximas décadas, trazem desafios para a atuação da Fiocruz nessa área a despeito de sua importante contribuição. Além do desenvolvimento de tecnologias voltadas à prevenção, diagnóstico e tratamento das afecções infecciosas e transmissíveis de relevância sanitária, a Fiocruz ainda (1) agrega em suas diferentes unidades um conjunto de laboratórios de referência nacionais e regionais que compõem formalmente o SISLAB, além de centros colaboradores nacionais e internacionais (OMS/OPAS) e laboratórios que atuam como referência nos âmbitos municipal, estadual e federal, embora muitos ainda sem reconhecimento formal; (2) conta com diversos centros de estudo, observatórios e laboratórios voltados a um amplo espectro de problemas de saúde, riscos e vulnerabilidades; (3) exerce papel estratégico no controle de qualidade em saúde; (4) produz imunobiológicos para o Programa Nacional de Imunização e produtos para diagnóstico; (5) possui um conjunto relevante de programas de formação de profissionais para atuar no SUS na área das Vigilâncias; (6) realiza pesquisas de ponta sobre doenças negligenciadas e emergentes, além de análises de situação em saúde; (7) mantém colaborações científicas e operacionais com órgãos gestores do SUS; e (8) exerce atividades de assistência e promoção da saúde em variadas áreas.

Vários exemplos da importância da atuação da Fiocruz podem ser citados, dentre eles as recentes respostas dadas por ocasião da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) deflagrada pela epidemia do vírus Zika em 2015/2016 e do surto de Febre Amarela silvestre ocorrido em diversos estados brasileiros em 2017. Na estruturação da vigilância para o Zika vírus no país, a Fiocruz contribuiu para as respostas epidemiológicas (realização e divulgação dos resultados das principais pesquisas que mostraram a ligação entre a infecção e síndrome da Zika congênita), diagnóstica (desenvolvimento de métodos diagnósticos, produção e controle de qualidade nacional de kits laboratoriais, capacitação e transferência de tecnologia para os LACEN) e assistencial (realização de exames para diversos estados e atendimento às gestantes e crianças). Além disso contribui para a

logística e distribuição de amostras biológicas no âmbito nacional para o atendimento das demandas referentes as emergências em saúde pública. Durante o surto de Febre Amarela a Fiocruz atuou no diagnóstico molecular e histológico de casos humanos e de primatas não humanos de diversos estados, realizou capacitação, investigação e vigilância de primatas não humanos, epizootias e de mosquitos vetores, contribuindo para as decisões relativas às políticas de imunização nas diferentes regiões, aumentou sua capacidade de produção de vacinas e de controle de qualidade nacional de vacinas, visando atender às demandas do PNI e realizou pesquisas sobre o tema.

Apesar de concentrar diversas atividades na área, a Fiocruz se afastou de seu papel protagonista de integrar o núcleo formulador das políticas e sistemas de vigilância em saúde, vindo a prevalecer uma abordagem fragmentada, dirigida a múltiplos problemas específicos, com limitados instrumentos e mecanismos de avaliação de suas ações.

Movimentos recentes como a proposta de construção de um Programa Institucional de Vigilância em Saúde na Fiocruz, submetida e aprovada pelo Conselho Deliberativo, e a criação em 2017 da Coordenação de Vigilância em Saúde e Laboratórios de Referência (CVSLR) no âmbito da Presidência representam importantes avanços na perspectiva de reconduzir o tema a um tratamento integrado e sistêmico no interior da instituição.

É importante considerar a trajetória de acúmulo que a Fiocruz possui no processo de defesa da vigilância em saúde enquanto um modelo de atenção à saúde. Modelo este que aponta para uma reflexão sobre as próprias práticas de vigilância, como também no avanço do debate sobre promoção e prevenção da saúde em articulação com a atenção e o cuidado à saúde. No contexto de reformulações e de retrocessos da Atenção Básica no Brasil, é necessário reforçar a relação conjunta e integrada que deve existir entre a Vigilância em Saúde e a Atenção Básica. Vale destacar que em 2017 a Fiocruz organizou a sua primeira Conferência Livre de Vigilância em Saúde da qual participaram membros de diferentes unidades técnico-científicas da instituição. Este processo indicou a relevância do fortalecimento deste campo dentro da instituição e sua interface constante e necessária com as demandas do SUS e com os problemas coletivos de saúde, tendo como horizonte o próprio fortalecimento do SUS e a melhoria das condições de vida da população.

Por fim, vale ressaltar que a análise de grandes bases de dados tem alto potencial no aprimoramento da vigilância em saúde por amplificar e correlacionar os sinais anômalos que permitam identificar novos padrões de ocorrência de eventos a exemplo de epidemias, emergências de saúde pública, eventos adversos de medicamentos, dentre outros.

Adicionalmente, o uso de *Big data* no campo da saúde possibilita espaços de reflexão e de mudanças de diretrizes e de marcos regulatórios.

### **6.7.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T7) - Aperfeiçoar e consolidar o Programa Institucional de Vigilâncias em Saúde, promovendo o fortalecimento do campo por meio da integração de suas diferentes áreas de atuação, incluindo as voltadas para os agravos transmissíveis e não transmissíveis e os que afetam as populações negligenciadas e em situação de vulnerabilidade.

Diretriz 02 (T7) - Articular as atividades e ações de vigilâncias em saúde realizadas na Fiocruz com os órgãos gestores em níveis federal, estadual e municipal, incluindo instâncias legislativas.

Diretriz 03 (T7) - Fortalecer a capacidade da Fiocruz de responder a emergências em saúde pública e ambiente, articulando competências internas, externas e a gestão do SUS.

Diretriz 04 (T7) - Contribuir decisivamente para a qualificação profissional no tema, identificando as necessidades atuais e potenciais da área e promovendo articulação institucional que se traduza em fortalecimento programas de formação de pessoal no campo, incluindo iniciativas em áreas não contempladas – como as doenças crônicas não transmissíveis –, bem como expandindo a atuação para regiões hoje pouco atendidas pela Fiocruz, segundo os princípios da precaução e equidade.

Diretriz 05 (T7) - Definir papéis e atribuições dos serviços laboratoriais de referência e coleções biológicas para diagnóstico e identificação taxonômica, de modo a evitar sobreposição/duplicação de ações entre laboratórios ou unidades da Fiocruz.

Diretriz 06 (T7) - Fortalecer os serviços e laboratórios institucionais de referência e de controle de qualidade para que possam atender às demandas e realizar atividades com uma melhor capacidade de resposta.

Diretriz 07 (T7) - Garantir os requisitos de integridade científica, qualidade, biossegurança, bioproteção e do ambiente para o desenvolvimento das diversas atividades vinculadas às vigilâncias em saúde, considerando a necessidade de essas áreas cumprirem as normas e regulamentos aplicáveis.

Diretriz 08 (T7) - Integrar ações institucionais no campo das vigilâncias sanitária e em saúde, analisando as implicações nos âmbitos nacional e internacional, tendo em vista as grandes questões geradas pela globalização, especialmente as relacionadas com a agenda regulatória e com as barreiras comerciais, de modo a fortalecer áreas estratégicas na cadeia

de desenvolvimento e inovação da Fiocruz.

Diretriz 09 (T7) - Estruturar a Fiocruz, por meio da integração entre as ações das suas diversas unidades e de organizações parceiras, para atuar mais efetivamente na vigilância da resistência antimicrobiana.

Diretriz 10 (T7) - Incluir o tema da vigilância de fronteiras na política institucional de vigilâncias em saúde, fortalecendo as diversas ações e iniciativas nesse campo.

Diretriz 11 (T7) - Promover o desenvolvimento de plataformas colaborativas e maior interatividade entre sistemas de dados no campo das vigilâncias em saúde, visando à prospecção e análise de cenários.

Diretriz 12 (T7) - Desenvolver e aprimorar metodologias de análise da influência do ambiente sobre as condições de vida e saúde e fortalecer estudos e ações sobre novas temáticas relacionadas à área de saúde e ambiente, como as questões da água, do saneamento ecológico, da agroecologia e dos impactos socioambientais promovidos pelos grandes empreendimentos, de forma a consolidar estes temas na política institucional, em diálogo com os movimentos sociais populares.

Diretriz 13 (T7) - Fortalecer e desenvolver pesquisas e ações de educação comunitária e participação popular na vigilância em saúde.

Diretriz 14 (T7) - Elaborar um plano para a vigilância em doenças crônicas não transmissíveis, tendo em vista a mudança do quadro epidemiológico brasileiro.

**6.8 – TESE 8 - A Fiocruz conquistou integridade institucional ao longo de sua história pública e é patrimônio da sociedade brasileira, devendo aprimorar sua política de governança, reestruturar seu sistema de controle interno e de gestão de risco, instituir um modelo de gerenciamento por meio de plataformas colaborativas, reforçar a integração, com segurança e efetividade, e fazer frente ao desmonte do serviço público, em permanente diálogo com a sociedade.**

**6.8.1 – QUESTÃO** - Como promover maior sinergia e efetividade nas ações institucionais, reduzindo-se a fragmentação e promovendo a integração das diversas áreas e ações da Fiocruz e, ao mesmo tempo, ampliar a segurança das ações institucionais, minimizando os riscos à integridade pública e imprimir maior eficiência e economicidade aos processos administrativos, gerando soluções focadas no crescimento e na produtividade da gestão com impactos positivos nos resultados finalísticos?

#### **6.8.2 – FUNDAMENTAÇÃO**

A Fiocruz é uma instituição complexa, divisionalizada, diversa, tanto nas suas áreas de atuação quanto na composição de seu quadro de pessoal, assentada em um modelo de gestão participativa com eleições diretas e com ampla autonomia das unidades técnico-científicas. A descentralização ocorrida na década de 1990 e o estímulo, na década de 2000, para que todas as unidades incorporassem e ampliassem atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, informação e comunicação, entre outros, criou um ambiente altamente dinâmico e criativo e impulsionou um grande número de iniciativas que resultaram no crescimento e na ampliação da capacidade de resposta institucional.

No entanto, tais movimentos também reforçaram uma situação presente desde a origem da Fiocruz contemporânea, que foi a fragmentação e a superposição de ações.

Um dos principais desafios institucionais está em reforçar a sinergia entre as diversas unidades e entre as áreas de atuação, o que remete a uma concepção de pensar a Fiocruz enquanto um sistema em rede. Esta perspectiva tem o potencial para gerar maior efetividade nas ações e para imprimir maior eficiência, uma vez que implica em aprimorar mecanismos de coordenação. Deve-se superar a falsa dicotomia centralização/ descentralização. Os principais elementos para promover a sinergia são trabalho em rede e coordenação, entendida enquanto gerenciamento de interdependências. Cabe destacar que o conceito de rede perpassa os limites da própria instituição e traz outros atores (públicos, privados, sociedade civil) para o planejamento e desenvolvimento de ações institucionais.

Outro aspecto vital para o aprimoramento da governança é a valorização da gestão democrática e participativa, buscando o seu aprimoramento, em especial no que diz respeito à transparência e à responsabilização.

Por fim, é importante considerar que diante de um cenário desfavorável ao serviço público, com redução de investimentos ao mesmo tempo em que se aposta na depreciação da imagem, creditando-se ao Estado e aos serviços públicos a responsabilidade pelas mazelas em que se encontra o país, é fundamental que a Fiocruz repense seu modelo de governança interna, no sentido de se fortalecer seu sistema de controle e de gestão de riscos, bem como imprimir maior eficiência mediante a adoção de plataformas de gestão.

Atualmente, observa-se dois movimentos muito claros no que diz respeito ao discurso hegemônico sobre o serviço público, que tenta ganhar espaço na opinião pública e, assim, justificar iniciativas privatizantes: 1) a tentativa de comprovar que os serviços públicos são por natureza corruptos; 2) que os mesmos são ineficientes.

Neste sentido, questões relacionadas à integridade pública e aos sistemas de controle e de gestão de riscos relacionados, e à eficiência no serviço público precisam ser considerados como componentes estratégicos no atual contexto.

### **6.8.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T8) - Ampliar e fortalecer estratégias de desenvolvimento de ações em rede, envolvendo múltiplas unidades em torno de ações conjuntas voltadas para a solução de problemas e superação de desafios nas diversas áreas de atuação da Fiocruz, com fortalecimento da capacidade coordenadora das estruturas centrais e com maior responsabilização das unidades e ampliação de sua capacidade para execução de ações diretas.

Diretriz 02 (T8) - Alinhar e coordenar o funcionamento e as agendas do CD com as respectivas câmaras técnicas, de modo a fortalecer a interação entre as instâncias consultivas e deliberativa da instituição. Do mesmo modo reconfigurar e fortalecer o Conselho Superior, buscando dinamizar sua atuação como instância de controle social, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde e movimentos sociais.

Diretriz 03 (T8) - Inovar e aprofundar os mecanismos de gestão democrática e participativa, de modo a fortalecer um sistema de gestão criativa que priorize formas de tomada de decisão e de controle coletivas, pactuadas, baseadas em intensa comunicação e diálogo ampliado.

Diretriz 04 (T8) - Aprimorar as prestações de contas anual de todas as unidades e instâncias

da instituição, em audiências públicas, instituindo e/ou aperfeiçoando as práticas e mecanismos de monitoramento operacional e estratégico.

Diretriz 05 (T8) - Implantar a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos da Fiocruz, integrando-a ao modelo de controle interno central.

Diretriz 06 (T8) - Aperfeiçoar o modelo de controle interno, aumentando o diálogo das unidades e instâncias com a Procuradoria Federal e fortalecendo órgãos internos de controle – auditoria e ouvidoria.

Diretriz 07 (T8) - Aprimorar a transparência pública das informações institucionais por meio de políticas, programas e planos, como plano de dados abertos, viabilizando o acesso à informação, a participação cidadã e o controle social.

Diretriz 08 (T8) - Desenvolver uma plataforma coletiva de gestão, baseada em um modelo integrado de governança administrativa, que favoreça o trabalho coordenado entre as áreas centrais de gestão e as unidades na busca de processos mais eficientes e com melhores resultados.

Diretriz 09 (T8) - Promover um amplo e coletivo processo de aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão, assessoramento, coordenação e direção institucionais, visando aumentar o nexos entre a organização formal e as finalidades e prioridades institucionais, à luz das deliberações do VIII Congresso Interno da Fiocruz.

Diretriz 10 (T8) - Fortalecer e aprimorar o sistema de planejamento da Fiocruz, democratizando a participação social, técnica e científica nas dimensões estratégicas, táticas e operacionais.



**6.9 – TESE 9 - A Fiocruz – reconhecendo a Amazônia como componente essencial do projeto de integração nacional e alvo do interesse internacional – tem papel estratégico na geração de conhecimento e inovação em saúde, em parceria com instituições da região, para a salvaguarda da soberania brasileira no território da Amazônia Legal.**

**6.9.1 – QUESTÃO** - Como consolidar a Fiocruz como agente de Estado catalisador na geração de conhecimento e inovação em saúde a partir da Amazônia, contribuindo, simultaneamente, para resolução de problemas relevantes em saúde pública e para o desenvolvimento sustentável do país?

### **6.9.2 – FUNDAMENTAÇÃO**

A Amazônia congrega, em seu território, grandes metrópoles que contribuem significativamente para o PIB brasileiro, sendo a região com maior crescimento econômico nos últimos anos, e, ao mesmo tempo, abriga cidades com os piores IDHs do país. No cenário da saúde, isso se reflete em um alto perfil de doenças crônicas degenerativas, com o agravante de significativos índices de doenças infecciosas.

No cenário atual, as atividades econômicas na Amazônia são insustentáveis. Os modelos utilizados de extrativismo mineral, exploração madeireira e polo industrial encontram-se desafiados por sua insustentabilidade social e ambiental e, em parte, pela globalização da economia mundial. Entretanto, esse modelo, desde os anos 70, criou infraestrutura e competência para as atividades produtivas, logísticas e tecnológicas na região. Isto deve ser visto como uma oportunidade para, transformada, abrigar investimentos para uma nova matriz produtiva com ações estratégicas que objetivem o desenvolvimento tecnológico a partir de inovações centradas nos biorrecursos amazônicos e na associação entre saberes acadêmicos e tradicionais.

Essa perspectiva alavancaria uma série de processos de desenvolvimento virtuosos capazes de criar sinergia e potencializar processos econômicos, abarcando geração e intercâmbio de conhecimentos, atração e formação de recursos humanos, proporcionando condições de fixar a população local com oportunidades e melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que permitiria proteger e usar de forma sustentável os ecossistemas amazônicos.

Nesse momento, a Fiocruz se apresentaria como um importante indutor desse processo, utilizando a capacidade instalada nas suas diversas unidades para gerar inovação e transferência tecnológicas em saúde a partir de biorrecursos amazônicos com ações institucionais e, considerando seu conhecimento da realidade amazônica, convergir para a

resolução de questões de saúde pública na Amazônia brasileira, na Panamazônia e globalmente. Assim, a Fiocruz assumirá, cada vez mais, seu papel estratégico de instituição de Estado, sendo um importante articulador de agentes diversos, locais, nacionais e internacionais, em ações estratégicas de desenvolvimento tecnológico e inovação em Saúde em uma das regiões mais importantes do planeta, promovendo equidade e bem-estar da população.

A sustentabilidade desse território está intrinsecamente associada à sua diversidade e à forma como esta potência será colocada a serviço da sociedade. Neste contexto, a Saúde é um dos caminhos que pode suportar um projeto de Estado voltado ao desenvolvimento sustentável do país gerando divisas, empregos e efetiva riqueza e bem-estar para os cidadãos brasileiros.

A Fiocruz apresenta-se hoje como a instituição brasileira capaz de protagonizar esse desafio nacional. Sua capacidade científico-tecnológica a posiciona como ator essencial para a resolução de problemas relevantes em saúde pública, diminuição das iniquidades em territórios socialmente vulneráveis, fortalecimento do SUS, colaborando para o salto tecnológico e produtivo de que o Estado brasileiro precisa para transformar, de forma sustentável, os biorrecursos amazônicos em entregas para a sociedade.

### **6.9.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T9) - Ampliar o protagonismo da Fiocruz na saúde da Amazônia como estratégia para fortalecer o seu papel como instituição de Estado em uma região que abriga respostas a alguns dos grandes temas que afligem a humanidade atualmente, como a biodiversidade, as mudanças climáticas, a preservação ambiental, a produção de energia renovável, a questão da água e de suas populações.

Diretriz 02 (T9) - Avaliar como processos em curso na Amazônia, como o persistente desmatamento e as consequentes mudanças climáticas, as monoculturas, a implantação do programa energético brasileiro, com megaempreendimentos hidrelétricos, o garimpo e a mineração predatórios, afetam as populações de vetores, os biomas, os ecossistemas, a cultura e a saúde dos povos tradicionais e dos trabalhadores, com efeitos sobre a saúde pública da população brasileira e global.

Diretriz 03 (T9) - Utilizar de forma integrada a capacidade instalada nas diversas unidades da Fiocruz para gerar, de forma sustentável, atividades de pesquisa, educação, atenção à saúde, desenvolvimento tecnológico, inovação e transferência tecnológica em saúde para a

Amazônia, articulando parcerias com instituições de CT&I na região.

Diretriz 04 (T9) - Fomentar a instalação na Amazônia de processos produtivos em saúde, de indústria de transformação de insumos com base na biodiversidade da Amazônia e de produtos com valor agregado a partir dos conhecimentos e expertises gerados pela Fiocruz.

Diretriz 05 (T9) - Potencializar recursos para financiar projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação centrados na biodiversidade amazônica no âmbito do programa institucional para CT&I.

Diretriz 06 (T9) - Articular e estabelecer, com diversos agentes locais nacionais e internacionais, ações estratégicas que focalizem a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação centrados na biodiversidade amazônica, e potencializar a formação, atração e fixação de recursos humanos para atuar na Amazônia.

Diretriz 07 (T9) - Estabelecer parcerias para desenvolver políticas de Estado em saúde pública, objetivando promover a equidade e o bem-estar da população residente na Amazônia e estimular a integração dos serviços de saúde dos nove países vizinhos que compõem a Pan-Amazônia.

Diretriz 08 (T9) - Construir e fortalecer novas pontes entre a ciência e os saberes dos povos tradicionais, promovendo escuta sensível e qualificada das comunidades, respeitando o patrimônio cultural local, para a coprodução de conhecimento e para a efetivação das políticas públicas inclusivas em saúde.

Diretriz 09 (T9) - Desenvolver políticas e ações de saúde das fronteiras em toda a Região Amazônica, nos diferentes campos de atuação da Fiocruz, em estreita cooperação com os demais países da região.

Diretriz 10 (T9) - Contribuir para o controle de endemias e a saúde nas fronteiras, levando em conta as características ecológicas do território em que se inscreve a dinâmica de movimentação da população que ali habita, e incluir tais características no planejamento e operacionalização de ações de controle das endemias que se entrecruzam e se interligam nos espaços transfronteiriços.

Diretriz 11 (T9) - Ampliar o conhecimento sobre padrões e processos referentes à biodiversidade, tendo em vista a estruturação de rede de inventário da biota amazônica, representativa de agentes, vetores e reservatórios de agravos que afligem populações mais vulneráveis.

Diretriz 12 (T9) - Promover a articulação de programas e projetos institucionais com as

populações tradicionais da Região Amazônica, enfrentando as diversas formas de exclusão e violência impostas aos cidadãos desse território, respeitando os princípios éticos e os direitos humanos e da natureza.

Diretriz 13 (T9) - Fomentar as atividades de educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico a fim de potencializar os recursos da biodiversidade amazônica e o conhecimento tradicional associado, de acordo com as políticas de patrimônio genético e de inovação.

Diretriz 14 (T9) - Garantir que todos os processos, inclusive produtivos, respeitem a manutenção da biodiversidade e das culturas tradicionais da Amazônia, fortalecendo tratados e regulações vigentes.

**6.10 – TESE 10 - A Fiocruz se faz presente e está comprometida com um mundo mais solidário e igualitário, por meio da cooperação técnica internacional, baseada nos conceitos de diplomacia da saúde e ciência e tecnologia em saúde no contexto da saúde global.**

**6.10.1 – QUESTÃO** - Como reafirmar e aperfeiçoar o papel protagonista da Fiocruz na diplomacia da saúde e da ciência e tecnologia em saúde? Como levar isto a termo por meio da cooperação e da representação internacional, capazes de garantir a incorporação dos seus resultados de forma solidária, compartilhada, mas soberana? Como se relacionar internacionalmente com outras grandes instituições incorporando inovações tecnológicas de alto nível e relevância para o SUS, apoiando simultaneamente um processo de solidariedade com o desenvolvimento de sistemas de saúde e de CT&I em saúde com o mundo em desenvolvimento?

#### **6.10.2 – FUNDAMENTAÇÃO**

Historicamente, desde o início de suas atividades há 117 anos, a Fiocruz, ao conciliar, a cooperação internacional em saúde, tanto norte-sul quanto sul-sul, tem se valido da CT&I de alto nível produzida nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que compartilha os conhecimentos produzidos por seu corpo altamente qualificado de pesquisadores e a formação de recursos humanos de alto nível para os sistemas de saúde e de CT&I de países em desenvolvimento parceiros.

Em anos recentes este processo se intensificou, com a transferência de recursos tecnológicos de alto nível em insumos para a saúde (como vacinas, medicamentos, biofármacos, recursos para diagnóstico etc.) e conhecimentos de alto padrão e relevância (resultantes de pesquisas biológicas e biomédicas, clínicas e de saúde pública – muitas vezes com a convivência destas dimensões num mesmo projeto, sempre desenvolvidos de forma soberana pela instituição com seus parceiros), que tem sido apropriados pela Fiocruz para benefício da população brasileira e dos sistemas brasileiros de saúde e de CT&I. Tudo isso conduzido, em última análise, por uma cooperação internacional adequadamente formulada e implementada em todos os níveis da instituição – por cada pesquisador, professor ou tecnólogo, e por cada um e todos os diversos Institutos da Fiocruz.

A Fiocruz é reconhecida como a instituição mais ativa na cooperação sul-sul em saúde e CT&I por meio da ‘cooperação estruturante em saúde’, cujos conceitos e práticas foram cunhados no interior da nossa instituição, beneficiando centenas de instituições e países parceiros, além de contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida de milhares

de pessoas ao redor do mundo, o que lhe granjeou profundas admiração e respeito nos complexos e exigentes campos da saúde e da CT&I em saúde. Esta orientação e conjunto de ações atraiu a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS), que reconhece a Fiocruz, desde 2014, como Centro Colaborador em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul, o primeiro no gênero no âmbito das autoridades sanitárias mundial (OMS) e regional (a Organização Panamericana da Saúde, OPAS).

Por este duplo papel, a cooperação internacional em saúde continua a merecer o caráter de prioridade institucional, funcionando como mecanismo transversal às demais atividades da Fiocruz.

### **6.10.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T10) - Promover a diplomacia da saúde e da CT&I com ênfase na cooperação estruturante em saúde, guiada pelos princípios da solidariedade internacional e da equidade em saúde e outras políticas sociais.

Diretriz 02 (T10) - Contribuir para o desenvolvimento de sistemas de saúde públicos, universais, integrais, equitativos e de qualidade nos países parceiros, como parte do conjunto de políticas sociais.

Diretriz 03 (T10) - Orientar a cooperação da instituição para a integração regional priorizando a parceria, sem impor condições, dando autonomia a países parceiros.

Diretriz 04 - (T10) - Atuar no enfrentamento de práticas nocivas das políticas extrassetoriais globais sobre a saúde e na promoção de uma governança global comprometida com seus resultados sobre a saúde da população.

Diretriz 05 (T10) - Aperfeiçoar a cooperação estruturante sul-sul com países em desenvolvimento – particularmente daquelas regiões apontadas como prioritárias, seja pelo governo brasileiro e Ministério da Saúde, seja pela própria instituição, considerando também a importância de outras cooperações relacionadas à pesquisa, inovação e acesso universal.

Diretriz 06 (T10) - Construir, de forma democrática e participativa, políticas de internacionalização da educação, ciência, tecnologia e inovação da Fiocruz.

**6.11 - TESE 11 - A Fiocruz se posiciona na luta por uma sociedade mais justa e equânime, comprometida com a diversidade do povo brasileiro e suas demandas, seja nas políticas voltadas para seus trabalhadores, independente de seus vínculos, seja nas ações para usuários em suas escolas, institutos e serviços de saúde, seja nos estudos e pesquisas desenvolvidos, buscando reconhecer e enfrentar todas as formas de discriminação, exclusão e violência.**

**6.11.1 – QUESTÃO** - Como fortalecer a Fiocruz enquanto instituição que busca eliminar todas as formas de discriminação, exclusão e violência, tanto em seu espaço organizacional como na sociedade, sendo promotora de justiça social e de equidade de gênero, etnia e acessibilidade?

### **6.11.2 - FUNDAMENTAÇÃO**

A Fiocruz, como instituição de Estado, do Sistema Único de Saúde (SUS), é fundamental para a garantia do direito à saúde, devendo reafirmar o seu compromisso com a defesa dos direitos humanos a todo povo brasileiro, reconhecendo a diversidade da população, seja nos serviços prestados ao público, seja no cotidiano das ações de seus trabalhadores nos diferentes campi.

Fiocruz como uma instituição que historicamente defende os grupos mais vulneráveis socialmente, possibilitando o radical reconhecimento da humanidade de todas as pessoas, a despeito de raça e etnia, gênero, religião, orientações sexuais, crenças políticas e classe social.

O momento político atual desqualifica o trabalhador e potencializa as iniquidades e desigualdade social. Por isso é fundamental a construção de uma política institucional que garanta o exercício da cidadania e opere em vários níveis em planos de ação de curto, médio e longo prazo, para dar conta transversalmente de aspectos ligados a educação, informação, comunicação, patrimônio arquitetônico, permanência de reserva de vagas em concurso público possibilitando empregabilidade e ampliando postos de trabalho.

Historicamente a Fundação vem aperfeiçoando suas estratégias que reforcem este compromisso com a adoção de ações afirmativas como a adoção de cotas em seus concursos e em diversos processos seletivos (cursos Técnicos e Pós-Graduação), ações de acessibilidade em cumprimento a legislações nacionais e indicações internacionais, ampliação dos espaços de discussão sobre equidade de gênero e raça, combate a práticas de Assédio no Trabalho.

### **6.11.3 - DIRETRIZES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DA FIOCRUZ**

Diretriz 01 (T11) - Fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre os impactos na saúde relativos às violências, às políticas econômicas neoliberais e às perdas de direitos sociais, especialmente dos grupos mais vulneráveis, evidenciados na contemporaneidade. Tais pesquisas devem fundamentar a construção de políticas futuras.

Diretriz 02 (T11) - Ampliar e fortalecer espaços de comunicação e discussão com o público interno e externo à Fiocruz sobre a diversidade da população brasileira, suas necessidades, direitos e representatividade na instituição, respeitando os espaços já existentes na sociedade.

Diretriz 03 (T11) - Ampliar – tanto na relação com os movimentos sociais quanto nas suas políticas internas voltadas para trabalhadores, estudantes e usuários dos serviços – o papel da Fiocruz na defesa da diversidade geracional, de gênero e racial e da inclusão da pessoa com deficiência e pessoas com patologias, estimulando a incorporação dessas temáticas em seus programas de ensino, pesquisa e cooperação.

Diretriz 04 (T11) - Reconhecer, de fato, o direito de todos à acessibilidade, adaptando e adequando recursos e tecnologias, a partir da criação da Política da Fiocruz de Acessibilidade e Inclusão de Pessoas com Deficiência e Pessoas com patologias, de modo a promover a acessibilidade física, de mobilidade e de comunicação, propiciando espaços, ambientes e equipamentos indispensáveis ao apoio às pessoas com deficiência e às pessoas com patologias.

Diretriz 05 (T11) - Avançar na implementação da Política de Enfrentamento da Violência e Assédio Moral e Sexual no Trabalho, elaborada pela Comissão de mesmo nome, e aprovada em CD, de modo a: a) adotar medidas de prevenção de situações de violência, enfatizando a promoção da consciência quanto ao problema; b) promover acolhimento e tratamento das situações de conflito e violência no trabalho; c) promover ações que estimulem a comunidade Fiocruz a rever posturas discriminatórias e autoritárias nas relações de trabalho e apurar qualquer indício de assédio moral e sexual adotando medidas punitivas aplicáveis em caso de confirmação; d) promover a cultura da ética no trabalho; e) criar espaços institucionais e permanentes de escuta e diálogo com os trabalhadores. Revisar práticas e mecanismos institucionais favorecedores do individualismo a fim de enfrentar a violência psicológica no trabalho. Fortalecer a democracia, o diálogo e a construção coletiva nas relações sociais de trabalho. Criar coletivos de trabalho protetores e solidários.



Diretriz 06 (T11) - Promover a equidade na instituição, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, geracionais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual. Desenvolver ações afirmativas, que contribuam para reduzir as desigualdades de gênero e de raça.

Diretriz 07 (T11) - Adotar programa de combate ao racismo institucional, desigualdade de gênero e orientação sexual, com a disseminação de ações afirmativas que combatam qualquer tipo de discriminação, fortalecendo ações e diretrizes pró-equidade, especialmente aquelas do Comitê de Pró-equidade de Gênero e Raça da Fiocruz.

Diretriz 08 (T11) - Manter políticas afirmativas e inclusivas em todos os níveis educacionais, garantindo acesso a todas as pessoas.

Diretriz 09 (T11) - Investir na formação de pessoas com deficiência e pessoas com patologias para o trabalho, ampliando estratégias de empregabilidade.

Diretriz 10 (T11) - Fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre os agravos do ambiente de violência no campo e nos centros urbanos, particularmente nos territórios de favelas e periféricos, e seus impactos na saúde, promovendo o conceito de territórios saudáveis e sustentáveis.

Diretriz 11 (T11) - Promover programas de abrangência nacional que tenham como tema a violência urbana, a violência no campo, no trânsito e também aquela perpetrada pelos agentes públicos de segurança, reconhecendo-as como um problema de saúde pública que merece esforço concentrado dos diversos setores da sociedade brasileira para seu enfrentamento.

Diretriz 12 (T11) - Considerar os compromissos institucionais da Fiocruz com a diversidade e inclusão nos contratos com empresas de terceirização de força de trabalho.

Diretriz 13 (T11) - Ampliar a produção de conhecimentos sobre as relações entre modelo de desenvolvimento e situações de violências que acometem a saúde, de forma a subsidiar processos de produção social, cultural e política da saúde em conjunto com as populações dos territórios onde as Unidades estão localizadas, bem como o território nacional.

Diretriz 14 (T11) - Fortalecer as articulações em redes no campo das políticas públicas para ampliar o diálogo com a sociedade, principalmente com os movimentos sociais e com a parcela da população que tem a sua saúde mais vulnerabilizada pelas violências geradas no modelo de desenvolvimento em curso no país.

Diretriz 15 (T11) - Rejeitar qualquer tipo de violência nas relações entre os trabalhadores da

Fiocruz e dos trabalhadores com o público que frequenta a instituição, como os estudantes, os usuários e acompanhantes que chegam aos serviços de saúde, em todas as suas unidades, buscando compreender o contexto das violências e a complexidade dessas situações, entendendo-as como parte do processo de trabalho do presente modelo de desenvolvimento e de relações históricas existentes na sociedade brasileira. Todos os trabalhadores da Fiocruz estão sujeitos a este princípio, independente de vinculação institucional (servidor, terceirizado, bolsista), hierarquia, gênero, raça/etnia, classe social, deficiência, patologia ou interesse político.

Diretriz 16 (T11) - Estabelecer estratégias para apoio e acompanhamento dos estudantes cotistas, visando a maior integração do educando, favorecendo seu processo de formação e retroalimentando os programas de inclusão da instituição.

Diretriz 17 (T11) - Fortalecer os debates acerca da abordagem da determinação social da saúde, internamente às unidades e externamente, com a sociedade, nas análises e ações referentes às relações entre violência e saúde.

Diretriz 18 (T11) - Fortalecer a perspectiva na qual a Fiocruz compõe territórios locais, onde estão implantadas as suas unidades, bem como o território nacional, ampliando as suas possibilidades de produzir conhecimento sobre as relações entre modelo de desenvolvimento e situações de violências que acometem a saúde, de forma a subsidiar processos de produção social, cultural e política da saúde.

Diretriz 19 (T11) - Potencializar a atuação institucional por meio do fortalecimento de colaborações produtoras de sinergias e articulações em redes intra e intersetoriais e interinstitucionais no campo das políticas públicas para ampliar os efeitos de um trabalho colaborativo construído em diálogo com a sociedade, principalmente com os movimentos sociais e com a parcela da população que tem a sua saúde mais vulnerabilizada pelas violências geradas no modelo de desenvolvimento em curso no país.

Diretriz 20 (T11) - Fomentar a formação dos profissionais e a sensibilização da comunidade em favor do fortalecimento de uma cultura de inclusão e de valorização da diversidade.

Diretriz 21 (T11) - Ampliar a política institucional de estabelecimento de vínculos políticos, sociais e econômicos nos territórios onde estão instaladas as unidades da Fiocruz.

Diretriz 22 (T11) - Avançar na implementação de uma política institucional de juventude e saúde, visando promover ações em pesquisa, educação, comunicação e serviços, mantendo o diálogo com territórios, movimentos sociais juvenis e representações estudantis. Enfrentar,

à luz das políticas públicas de juventude, os desafios intergeracionais contemporâneos e protagonizar a interlocução estratégica entre o campo saúde e o campo juventudes, diante de uma conjuntura de redução de direitos.

## **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

### **PRESIDÊNCIA**

Nísia Verônica Trindade Lima - Presidente da Fiocruz.

Valcler Rangel Fernandes - Chefe de Gabinete

Mario Santos Moreira - Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Manoel Barral Netto - Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação

Marco Antônio Carneiro Menezes - Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Marco Aurélio Krieger - Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde

Rodrigo Correa de Oliveira - Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas

### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Nísia Verônica Trindade Lima - Presidente da Fiocruz.

Valcler Rangel Fernandes - Chefe de Gabinete

Mario Santos Moreira - Vice-Presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional

Manoel Barral Netto - Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação

Marco Antônio Carneiro Menezes - Vice-Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde

Marco Aurélio Krieger - Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde

Rodrigo Correa de Oliveira - Vice-Presidente de Pesquisa e Coleções Biológicas

Anakeila de Barros Stauffer - Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Antônio Carlile Holanda Lavor - Coordenador da Fiocruz Ceará

Antonio Ivo de Carvalho – Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos Fiocruz

Bruno Dallagiovanna - Diretor do Instituto Carlos Chagas

Carla de Freitas Campos - Diretora do Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos

Carlos Augusto Graboys Gadelha - Coordenador de Ações de Prospecção

Carlos Maurício de Paulo Maciel- Coordenador Executivo do Complexo dos Institutos Nacionais de Saúde

Cláudia Turco – Coordenadora Geral de Planejamento Estratégico

Deolinda Vieira Costa - Procuradora Federal da Fiocruz

Eduardo Marcelo de Lima Sales - Auditor da Fiocruz

Elisa Andries - Coordenadora de Comunicação Social

Fábio Bastos Russomano - Diretor do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira

Flávia Silva – Coordenadora Geral de Administração

Hermano Castro - Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Jislaine Guilhermino - Coordenadora da Fiocruz Mato Grosso do Sul

João Barbosa - Ouvidor Fiocruz

Jorge Souza Mendonça - Diretor do Instituto de Tecnologia em Fármacos

José Paulo Gagliardi Leite - Diretor do Instituto Oswaldo Cruz

Juliano de Carvalho Lima – Coordenador Geral de Gestão de Pessoas

Maria Fabiana Damásio Passos – Gerente Regional de Brasília

Marilda Gonçalves - Diretora do Instituto Gonçalo Moniz  
Mauricio Zuma Medeiros - Diretor do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos  
Octávio Augusto França Presgrave - Diretor do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde  
Paulo Henrique Scrivano Garrido - Presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN)  
Paulo Roberto Elian - Diretor da Casa Oswaldo Cruz  
Regis Gomes - Coordenador da Fiocruz Piauí  
Ricardo Godoi - Coordenador da Fiocruz Rondônia  
Rivaldo Venâncio da Cunha – Coordenador de Vigilância e Laboratórios de Referência  
Roberto Pierre Chagnon – Coordenador Geral de Infraestrutura dos Campi  
Rodrigo Murinho de Martinez Torres - Diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Sérgio Luiz Bessa Luz - Diretor do Instituto Leônidas e Maria Deane  
Sinval Pinto Brandão Filho - Diretor do Instituto Aggeu Magalhães  
Valdiléa Gonçalves Veloso dos Santos - Diretor do Instituto Nacional de Infectologia  
Wilson Savino - Coordenador de Estratégias de Integração Regional e Nacional da Fiocruz  
Zélia Maria Profeta da Luz - Diretora do Instituto René Rachou

#### **COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO VIII CONGRESSO**

Mario Santos Moreira (Coordenador-geral)  
Fabio Russomano  
Hermano Castro  
Juliano Lima  
Justa Helena Franco  
Marilda Gonçalves  
Paulo Elian  
Zélia Profeta

#### **ASSESSORIA À COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DO VIII CONGRESSO**

Alex Príncipe  
Claudia Turco  
Elisa Andries  
Fabius Abrahão Torreão Esteves  
Umberto Trigueiros

#### **RELATORIA GERAL**

Arlindo Fabio Gomes (Relator Geral)  
Claudia Lima  
Fernanda Marques  
João Canossa  
Marcia Correa e Castro  
Wagner Oliveira